



C. S. D. P.
DUPLICATA

ACTOS DO CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMARIO

I. Carta do Reitor Mor

Uma premissa: olhemos para o verdadeiro Concílio. — Porque foi escolhido este tema. — O «redimensionamento», nosso grande diálogo. — O diálogo elemento de formação e de vida. — O segredo do verdadeiro diálogo. — A Igreja dá-nos o exemplo. — Diálogo: estilo de relação social moderna. — Jesus Cristo Mestre do diálogo. — D. Bosco e o diálogo — Dotes e virtudes do diálogo. — Ambiente salesiano do diálogo. — O diálogo entre Superiores e Irmãos e a obediência. — Diálogo entre Sacerdotes e coadjutores. — Diálogo entre anciãos e jovens. — Os frutos do diálogo. — A respeito de uma norma importante para a actuação do Decreto «Perfectae Caritatis».

II. Disposicoes e normas

Sobre a Carta Apostólica, motu próprio «Ecclesiae Sanctae». — Mortificação da 6a. feira e abstinência. — Bolsas de Estudo fora da Inspectoria. — Pedidos ao Reitor Mor. — Relações e Documentos Estatísticos.

III. Comunicacoes

Proclamação das virtudes heróicas do Pe. André Beltrámi. — Processo informativo do Servo de Deus Simão Sruji de Nazaré. — Novo suplemento do Necrológio.

IV. Actividades do Conselho Superior e iniciativas de interesse geral

Qualificação dos Irmãos para as casas de formação. — Programa de Cursos e de Convénios vários. — Convénios efectuados.

V. Documentos

Decreto da S. Congregação dos Ritos sobre virtudes heróicas do Servo de Deus D. André Beltrámi.

VI. Salesianos defuntos

Necrológio. — 3º elenco 1966.

I. CARTA DO REITOR MOR

Turim, festa de São João Bosco, 1967.

Filhos e Irmãos caríssimos,

Com esta minha, volto a entreter-me convosco, com cada um de vós e sou feliz. Escrevo com os olhos e com o coração voltados para o nosso Pai, cuja festa faz reviver em nós generosos propósitos de fidelidade filial. Não se emudeceram porém na minha alma os ecos das festas natalícias que me trouxeram votos e orações, propósitos e agradecimentos de todos os cantos da terra. Centenas e centenas de cartas e mensagens de todos os tipos, milhares de assinaturas passaram sob meus olhos comovidos.

Das nações do bem-estar e daquelas onde a fome é uma triste realidade crónica, das nações de civilização cristã antiga e dos lugares de missão, das nações da liberdade e daquelas onde se vive na insegurança, no medo, na guerra.

Mas, por mais longínquos que sejam os países e várias as condições de vida e de apostolado de onde vinham aquelas mensagens de felicitações, por mais diversas que fossem aquelas assinaturas em suas línguas e caracteres, encontrava eu em todos, noviços ardentes ou simpáticos aspirantes, Irmãos muito jovens ou missionários anciãos alquebrados pelas fadigas, um edêntico sentimento: o afecto filial, o apego afectuoso e incondicional a D. Bosco e a quem humildemente o representa, sentimentos que se concretizaram sempre numa promessa fervente de fidelidade e de dedicação à Amatíssima Mãe Comum, a Congregação.

Por tudo isto torno a agradecer antes de tudo ao Senhor, que me dá o conforto de sentir a união cordial dos filhos em torno àquele

que leva a cruz bem pesada da paternidade na Congregação; mas também estou aqui para agradecer a cada um de vós, pois sois vós, exactamente, os obreiros e alimentadores desta união que é a mais autêntica e construtiva expressão do espírito de família, herança preciosa a nós deixada pelo Pai e que todos nos queremos, com o nosso contributo pessoal, alimentar.

Sinal e, antes ainda, elemento vivificante deste espírito de família é certamente aquele diálogo que o Concílio quer que se torne estilo, método antes, que seja espírito animador da actividade da Igreja de hoje, e que nós, à luz da esteira brilhante do nosso Pai, e dos exemplos da nossa melhor tradição, queremos traduzir em realidade quotidiana e capilar em toda a vida da Congregação e em todos os níveis.

A estreia deste ano, como sabeis, trata exactamente deste argumento. Parece-me muito útil para a nossa família deter-me para considerar convosco os motivos, aspectos, aplicações práticas do diálogo.

Uma premissa: olhemos para o verdadeiro Concílio

Hoje se diz, se valoriza, se actua também uma série de coisas, e muitas vezes, em nome do Concílio: é uma maneira de apoiar a autoridade indiscutível do recente Supremo Conselho da Igreja.

Também para o diálogo, muitas vezes invocado com razão mas outras tantas sem razão, recorre-se ao Concílio.

Parece-me, portanto, oportuno esclarecer logo o que é verdadeiramente « Concílio » e portanto para todos nós de obrigação e orientação, para termos uma ideia segura e clara não sòmente a respeito do diálogo, mas também por causa de outros tantos problemas hoje tão vivos e ardentes.

Não é certamente Concílio, qualquer artigo de jornal ou de revista, todo livro ou conferência de pessoas de grande fama, muito menos constituem Concílio as ideias e — pior ainda — os autênticos arbítrios que elementos exaltados e superficiais pretendem actuar em nome do espírito do Concílio.

Mais de uma vez se constatou que tais elementos nem sequer

leram os documentos conciliares e muito menos ainda os estudaram.

Sòmente os documentos conciliares e post-conciliares, as interpretações de quem tem autoridade e competência para fazê-lo são e devem ser para nós aqueles que nos unem, nos guiam e nos orientam.

E o espírito conciliar devemos hauri-lo sòmente nestas fontes.

Isto não vem a ser restricção de ideias, medo do novo, mas uma sabedoria necessária: eu diria que é bom senso.

Dou algum exemplo. A respeito do diálogo-obediência na vida religiosa tem quem pretenda inversões inauditas, abolindo na prática a obediência religiosa, antes, até mesmo a ideia de obediência que, convém recordar, é uma norma de vida social e civil antes de ser uma virtude cristã e religiosa.

Percorro as páginas dos documentos conciliares e post-conciliares, os discursos do Papa e dos órgãos qualificados. Em todo este material não encontro sequer uma palavra que dê ocasião a tais interpretações.

É verdade, em muitos trechos dos documentos, diz-se claramente a quem exerce a autoridade que é necessário agir de maneira a levar os súdbitos a uma obediência « activa e responsável » e é óbvio que para chegar a isto o Superior deve usar método e modos adequados.

Mas deste ponto à abolição prática da autoridade há muita distância.

O mesmo se diga a respeito da liturgia. É recente a desaprovação pelas autoridades do « Consilium » de certas iniciativas arbitrárias.

Assim para a recitação do Breviário, para a devoção a Nossa Senhora, para a devoção ao santo rosário. Para esta prática mariana por exemplo, como se poderiam justificar certas atitudes que se diriam iconoclastas, diante da carta do Santo Padre do mês de Outubro do ano passado? Para o Santo Rosário, queria ainda convidar todos a olharem para D. Bosco e mais perto de nós para o Papa João XXIII.

Queridos Irmãos e filhos, devemos reconhecer que debaixo da itiqueta do Concílio se proigram pelo mundo espíritos inquietos e querer-se-ia actuar em nome do Concílio coisas que são directamente contrárias à letra e ao espírito do Concílio. Não é este o nosso caminho.

Temos um campo de cação tão grande para actuar o verdadeiro Concílio. Trabalhando sèriamente e sem divagações neste tão amplo e providencial campo: começando por aquela renovação pessoal interior sem a qual não é possível nenhuma renovação autêntica.

Estudemos pois, os Documentos conciliares procurando assimilar as suas ideias e espírito. Sómente assim daremos o nosso contributo eficaz à renovação que a Igreja espera urgentemente do Concílio: diversamente, me é penoso dizer, a nossa seria uma acção de demolidores mais do que de construtores da Igreja renovada.

Tratemos pois, do grande tema do diálogo, transportando-o, sim, no âmbito da nossa família, mas com o olhar sempre atento a tudo aquilo que nos ensinam, através do Concílio, a Igreja e a Congregação.

Porque foi escolhido este tema

Da decidida vontade de renovação da Igreja brotou a grande realidade do diálogo, que percorre hoje todos os extractos e todas as vias do povo de Deus, e parece pôr em evidência, através da troca sempre mais aberta de ideias e actividade, o carácter social da Igreja.

A própria vastidão da nossa Congregação e a sua profunda inserção na vida da Igreja abrem-na a este amplo diálogo que é actuado no mundo.

A própria renovação da vida religiosa, que recebeu o seu impulso do Concílio, nos encaminha pelas vias do diálogo.

O Decreto « *Perfectae Caritatis* » acentua sobre a necessidade de uma generosa « colaboração de todos os membros dos Institutos Religiosos », sem a qual « uma eficaz renovação e um verdadeiro ” *aggiornamento* ” não se podem efectuar » (1).

O Decreto acrescenta explícitamente que os « Superiores em tudo aquilo que diz respeito à sorte de todo o Instituto consultem e escutem como convém os próprios membros ».

Escutar « de boa vontade » aos próprios súbditos e promover « a

(1) « *Perfectae Caritatis* », n. 4.

união de suas forças para o bem do Instituto e da Igreja » (1) é estar em perfeita coerência com a reafirmação da norma que confirma claramente e defende as funções da autoridade.

A nossa Congregação, empreendendo a enérgica obra de renovação desejada pelo Concílio, achou fácil e plenamente de acordo com o espírito de D. Bosco seguir a via cordial e aberta do diálogo. Já o desenrolar-se do Capítulo Geral XIX deu prova de um sapiente amadurecimento para este método à medida que os trabalhos eram efectuados. As deliberações que foram tomadas em tantos aspectos diferentes da nossa vida são, não sòmente um convite, mas uma actuação do diálogo. Citemos algumas.

As Conferências Inspectoriais com os Superiores que as presidem querem alimentar um diálogo contínuo entre as Inspectorias e o Centro, afim de que se realize aquela osmose proveitosa que sem revelar povos, países, climas, costumes, exigências, estabelece porém aquela união, aquele contacto contínuo e aquela mútua compreensão que conduzem à colaboração construtiva.

Os Conselhos Inspectoriais ampliados com a presença de uma nova figura na pessoa do Vigário, querem colocar o Inspector na condição de ter mais fáceis e mais intensos contactos com os Irmãos e com as comunidades, directa ou indirectamente, para conhecer as necessidades, para compreender em profundidade situações e dificuldades, para cuidar de seus interesses.

Assim, a função dos Delegados Inspectoriais, que não deve ser puramente nominal, mas real e eficiente, é a de manter o contacto entre Centro e Inspectorias entre Inspectores e campo de apostolado, transmitir e actuar directivas, tomar consciência das situações e dificuldades locais, para junto estudar como resolvê-las.

E os conselhos locais e ainda mais aqueles de acção com a presença, nos casos previstos, também de Irmãos Coadjuutores, para que servem? Querem justamente, que o andamento e o governo de uma obra de uma actividade seja o fruto de um contínuo, qualificado, amplo e responsável diálogo.

(1) Idem, n. 14.

Em várias Inspectorias funcionam já as « consultas » para os oratórios e paróquias para a pastoral juvenil e para os apostolados sociais, para as escolas profissionais, para a economia, etc.

Também o Conselho Superior está avizinhando Consultas de técnicos nos vários sectores que nos interessam.

Tais organismos tem como finalidade fornecer aos Superiores responsáveis os frutos da cultura, da experiência e do estudo dos Irmãos, Sacerdotes e Coadjuutores, e em certos casos também leigos que, sem ocupar cargos de direcção, estão em grau de fornecer indicações, conselhos, orientações precisas para quem deve governar.

De certo, todas estas estruturas são postas em acção por quem tem o dever, e com confiança.

A este respeito, expresso a minha satisfação às Inspectorias e às Comunidades., nas quais tais estruturas começaram a funcionar e digo a quem ainda protela que com o novo ano todas devem ser actuadas. Não se trata de simples sugestões, mas de precisas disposições do Capítulo Geral. E a isto se chega, provendo não somente materialmente, mas entrando no pensamento que inspirou tais normas.

Devo dizer também que adiar, não enfrentando a solução destes problemas, recorrendo a motivos que não se sustentam, demonstraria unicamente um imobilismo, que não entendeu a impotência destas disposições, e acabaria de prejuízo à Inspectoria, às obras, atrasando-as e mortificando-as no processo de renovação que a Congregação, a convite da Igreja, entende dar a todas as suas formas de actividade e de vida.

O « ridimensionamento », nosso grande diálogo

Mas o diálogo mais amplo, mais capilar, mais empenhativo que a Congregação com êxito encaminhou é sem dúvida o « ridimensionamento ».

Com este, cada Irmão é convidado a manifestar o próprio parecer a respeito de tantos aspectos e prospectivas, da vida e da actividade

da própria casa. Consequentemente se poderá conhecer também, através dos outros graus do grande inquérito, o parecer dos Irmãos sobre tantos problemas da Inspectoria.

É supérfluo dizer que este grande inquérito já em acto, enquanto fala da confiança que a Congregação deposita em seus filhos, em cada um de seus filhos, exige de todos uma preocupação de objectividade e de clareza de ideias, uma grande serenidade de julgamento, uma diligência na preparação das respostas, um responsável sentido da gerarquia dos valores que a Congregação deve e quer salvar em nós: o Salesiano antes de tudo, como religioso e sacerdote do nosso tempo, o que supõe imediatamente o cuidado de sua vocação como tal, antes de apóstolo.

A nossa vocação é juvenil e popular, válida hoje também, como nos disse claramente o Papa, e deve caracterizar-se adequando-se e não se esvaziar ou se perder em pluralismo despensivo.

A renovação que estamos procurando, em grande parte está estreitamente ligada ao resultado da operação já em curso do « ridimensionamento ».

Como é importante, pois, que este delicado trabalho seja executado por todos, Superiores e simples Irmãos, com método, com diligência, com seriedade, diria mesmo com apaixonante interesse, tendo presente que se trata da própria vida da Congregação.

De facto, como se pode facilmente constatar examinando os módulos distribuídos, não se trata de eventualmente fechar ou reduzir esta ou aquela obra, mas de uma profunda e corajosa revisão de toda a nossa vocação colectiva e da nossa obra apostólica na Igreja.

À luz da experiência e das novas perspectivas da Igreja e da história, é preciso ver os modos e os meios para tornar eficientes os homens e portanto as estruturas e as obras para a missão à qual nos chama a Igreja.

Coloquemos este trabalho nas mãos da nossa doce Mãe Auxiliadora. Ela que conduziu D. Bosco pela mão em tudo que dizia respeito à vida da nossa humilde Congregação, queira obter para nós as luzes, o discernimento, a visão clara necessária para tornar fecundo o grande diálogo do « ridimensionamento ».

O diálogo elemento de vida e de formação

Todas estas actuais e outras mais actuações, que não se podem enumerar, encontram a sua melhor síntese no Capítulo VI do documento sobre « A nossa vida religiosa ». Releiamos algumas expressões:

« Todos os membros (da Comunidade) como adultos responsáveis ponham-se portanto de acordo sobre os objectivos sobrenaturais da sua acção e sobre os meios de alcançá-la. Este esforço de colaboração deve ser sempre revisto. Além do Conselho restricto da Casa, a Comunidade prevê encontros regulares, sob a responsabilidade principal do Director, onde se faz um exame da situação e da consciência colectiva e onde se elaboram os planos apostólicos. Assim cada Irmão pode, sem ciúme algum, situar-se com a sua tarefa e com os seus dotes particulares em meio de uma equipe coerente, fervorosa, que tem a garantia e o mérito da eficácia educativa após a graça de Deus, mas antes dos merecimentos individuais (1).

Mas para incrementar o diálogo, nos estimula uma outra razão mais profunda, que interessa directamente a nossa formação, mesmo.

Nós vivemos numa época de rápidos e sempre mais numerosos contactos, em situações sempre novas, com uma extraordinária troca de experiência e de mentalidade, na necessidade de abrimo-nos ao conhecimento daquilo que nos rodeia, e que condiciona sob certo aspecto, a nossa vida e de defender a solidez dos nossos princípios e do nosso património espiritual. Não podemos mais viver isolados do mundo e devemos, ao mesmo tempo, livrar-nos dos seus perigosos desvios.

Devemos preparar os Irmãos para esta situação delicada e muitas vezes, difficilima: devemos ensinar a conhecer as finalidades das nossas relações com o mundo, os limites da nossa acção os perigos que podemos encontrar no nosso caminho, aquilo que devemos dar aos outros e aquilo que podemos receber. O contacto com o mundo para o nosso apostolado nunca deveria empobrecer-nos, antes, deveria

(1) Actos do Capítulo Geral XIX, pag. 88.

favorecer, com a riqueza da sua experiência, uma maturação de nosso ânimo e um enriquecimento espiritual que não teríamos encontrado em nenhuma forma de isolamento pessoal. Numa palavra: nós queremos o convite ao diálogo que nos é feito pela Igreja e está no espírito da época, mas quereríamos que o diálogo bem longe de ser para nós uma insídia, fosse um autêntico instrumento de bem para os outros e de enriquecimento para nós.

O segredo do verdadeiro diálogo

Para dizer a verdade não é raro ouvir, também na nossa família, quem apela para o diálogo com razão, não poucas vezes. Porém, apelam também para ele afim de sustentar a própria opinião, muitas vezes, evidentemente errada ou — pior ainda — em forma de protesto para impôr uma tese insustentável, ou para exigir um *sim* que em consciência o Superior não pode dizer.

Menos ainda pode ser diálogo aquele de quem sabe discutir a este respeito com riqueza de argumentos, todos reconhecem, postula com eloquência a sua necessidade e a sua urgência mas depois na vida comunitária, nas suas relações com os irmãos, é surdo e impermeável a qualquer ideia que não seja a sua, não aceita senão os seus pontos de vista e as suas iniciativas, enfim, é fechado no estreito círculo de ferro do seu « eu », e que na prática quer impor aos outros, talvez até em nome do diálogo. O diálogo, o autêntico, é supérfluo dizer, tem suas raízes numa virtude sem a qual nunca será possível: quero dizer, aquela humildade que é o senso claro dos próprios limites, e estima e confiança no contributo de inteligência e experiência dos Irmãos em busca da verdade.

Resumindo, sendo o diálogo autêntico um esforço sincero, uma honesta vontade comum de procurar e descobrir a verdade, o elemento essencial, embora à primeira vista pareça paradoxal, é o escutar. E assim mesmo. Poucos, de facto, são aqueles que escutam realmente os outros, não obstante a troca de milhares de palavras.

E isto acontece porque cada qual está tão mergulhado nas próprias ideias, nos próprios pontos de vista, mas suas pequenas e gran-

des ambições, enfim, no próprio eu, que não há mais espaço para prestar atenção ao Irmão com quem fala ou conversa.

Frequentemente, pois, o diálogo é um amontoar-se de palavras, eu diria, de sons, em dois trilhos paralelos e não a troca respeitosa e cordial das respectivas riquezas por pequenas ou grandes que sejam.

Ao invés, quem possui a grande qualidade de saber escutar é rico de uma força prodigiosa que transmite ao interlocutor. Nada de facto leva o interlocutor a abrir-se e entrar em sintonia conosco como a atenção que lhe prestamos e interesse que demonstramos pela sua conversa, pelos seus argumentos, pelas suas dificuldades e pelas suas penas.

É este o grande segredo que torna útil e fecundo todo o diálogo: entre Superiores e simples Irmãos, entre anciãos e jovens, entre sacerdotes e coadjutores, entre salesianos e leigos, entre educadores e jovens.

A estreia de 1967 visa a esta finalidade: certamente não obedece à moda caprichosa e nem sequer instiga à renúncia dos princípios da vida religiosa.

A Igreja dá-nos o exemplo

Aquilo que confirma antes de tudo na actualidade, na legitimidade e na urgência de um empenho em favor de um empenho, em favor do diálogo é o exemplo decidido e corajoso da Igreja.

Desejo retomar o argumento com o qual comecei.

Antes de mais nada a Igreja fez o diálogo consigo mesma para redescobrir o mistério profundo da sua realidade e a missão que Deus lhe confiara.

Durante o Concílio quis e solicitou nas formas mais amplas um colóquio com todos os Bispos, os representantes de todo o mundo católico, num clima de liberdade e de franqueza tais, que se deu vivacidade às discussões, também produziu os seus frutos na elaboração dos decretos conciliares: foi o único, o grandioso colóquio que a história do mundo não tinha ainda escutado.

A Igreja reiniciou, além do mais, após séculos de silêncio e distância, o diálogo com as outras confissões cristãs, e não somente com estas, e hoje o encontro continua num clima mais do que de respeito, confiança e de boa vontade, com a perspectiva de novas etapas no caminho empreendido.

Um diálogo imenso actua-se agora dentro da própria Igreja, em todos os níveis e com todas as formas de colaboração e acordo, desde o Papa até todos os membros da família cristã, entre os Bispos, os Sacerdotes, os Religiosos e os Leigos.

Sei bem que alguns estão preocupados com o risco conexo a toda a experiência nova e com os abusos que se possam fazer também com o nobre instrumento da liberdade, mas o apelo ao diálogo vem com a força tão autorizada da Igreja que nos é agradável, além de necessário, acolhê-lo e secundá-lo.

Diálogo: estilo de relação social moderna

Convidando-nos ao diálogo com o mundo a Igreja propõe-nos uma atitude e um método que hoje estão à base de todas as relações com os homens. A nossa época é pela verdade, a época do diálogo, que se tornou uma exigência insubstituível no plano social, político, económico, cultural, educativo, religioso. Os encontros tornaram-se uma necessidade para toda e qualquer forma organizada e associada de vida. Não mais se faz caso das distâncias e da multiplicidade dos empenhos. Quer-se confrontar a todo o custo, o modo de pensar e de agir dos outros para tirar maior proveito para si. Preferivelmente, ideias e programas, não são mais acolhidos através de uma comunicação escrita e indirecta, mas pelo contacto vivo com as pessoas e com o ambiente.

O diálogo directo é procurado pela Agência comercial com os seus clientes, pelo jornal com os próprios leitores, pela fábrica que deve escolher o seu pessoal.

Não falemos já daquele diálogo grandioso e espectacular que a publicidade tende a instaurar com o mundo dos consumidores para provocar uma atitude de simpatia para com os seus produtos.

Devemos reconhecer que o Capítulo das « Relações Humanas » tornou-se mais importante do que aquele que trata dos interesses materiais. As mesmas características mais acentuadas de nossa época, o respeito do indivíduo, o senso da liberdade, o espírito democrático e comunitário, parecem favorecer em todas as relações humanas, a forma persuasiva do diálogo.

A Igreja, evidentemente, e as instituições que nela vivem, não somente não podem ser contrárias ao diálogo que se vem instaurando com sempre maior amplidão no mundo, mas participam profundamente e sustentam-no com alguns dos elementos essenciais ao próprio espírito.

Jesus Cristo, Mestre do diálogo

O diálogo, de resto, não apoia a sua necessidade e a sua actualidade unicamente nos motivos históricos e contingentes, mas encontra as suas raízes nas origens da nossa santa Religião.

Jesus Cristo é Deus que se fez homem, palavra e diálogo com os homens; e desde que a Igreja deve continuar o encontro que Jesus Cristo veio realizar com o mundo, nós devemos olhar sempre para Jesus Cristo afim de conhecer qual a relação que devemos ter com o mundo e em que precisos termos devemos implantá-la.

Ora, a visão mais superficial que podemos ter sobre o Evangelho, mostra-nos como Jesus teve a preocupação única de encontrar-se com os homens para abrir-lhes a alma à luz da verdade. O seu foi realmente um diálogo sem pausas e sem distinção de pessoas. Ele iniciou o colóquio pelo caminho e no templo, em casas particulares e diante das turbas, com os humildes e com os pobres, com os ricos e com os potentes. Deu o primeiro passo para ir procurar aqueles que estavam distantes, quebrou por primeiro o silêncio e por primeiro tomou a iniciativa da conversa. Seguiu unicamente o método da compreensão e do convite cheio de confiança, não desprezou nem repudiou ninguém, assim como, de resto, nunca renunciou a coerência da sua doutrina e ao respeito devido à livre escolha daqueles a quem se dirigia.

Foram conservadas as incomparáveis palavras pronunciadas por Jesus no encontro com Nicodemos, com a Samaritana, com Zaquaeu, com o jovem cego e com tantas outras pessoas que Ele encontrou no breve tempo da sua pregação. Nelas admiramos todo o conteúdo da salvação a bondade e a sabedoria com a qual Jesus veio redimir o mundo; mas do Evangelho nós aprendemos também a conhecer numa forma inconfundível, o método com o qual a Igreja e cada um dos fiéis deve fazer ressoar hoje ao redor de si a mensagem do Evangelho.

Conforme o exemplo de Jesus Cristo, o diálogo é um serviço prestado à verdade, é inspirado pelo primeiro e maior preceito da caridade e toma as formas e atinge os confins que são ainda fixados pela caridade.

Dom Bosco e o diálogo

O diálogo do qual Jesus Cristo nos deu um admirável exemplo, e ao qual a Igreja nos convida com especial insistência, teve um Modelo autêntico em D. Bosco.

Se o diálogo obedece a um « interior impulso de caridade » que nos conduz para perto dos outros, para procurarmos juntos o dom divino da salvação, com a disposição cordial da compreensão e da bondade, toda a vida de D. Bosco foi dominada por esta atitude, aliás, foi uma característica distintiva.

D. Bosco nunca foi um isolado e nós não conseguimos imaginá-lo senão circundado pelos outros, pelos jovens, sobretudo, com o coração aberto para todos e capaz de estreitar com todos uma cordial correspondência de alma. O seu foi um diálogo de total êxito, em saber falar aos outros e em saber escutar, e para nós é edificante percorrer os diversos momentos e aspectos da sua vida para procurar as formas e características que o seu encontro com os outros assumiu.

Recordemo-nos do encontro incomparável de 8 de Dezembro de 1841, quando o Santo conquistou o coração do primeiro jovem enviado pela Divina Providência, Bartolomeu Garelli. Que diálogo!

E diálogo era a procura que ele realizava andando nas oficinas, nos cárceres, nas casas: diálogo de factos e de toda a vida, quando ele recusava a possibilidade de uma posição tranquila e cómoda para ir morar em Valdocco, na periferia da cidade, no meio de pessoas bem pouco edificantes, e lá vivia física e espiritualmente perto daqueles meninos que ele queria redimir e salvar.

Nesta concepção de apostolado aberto, popular, achegado, mais e antes ainda que nas palavras de uma conversa, está a alma do diálogo que D. Bosco instaurou com o mundo.

Mas o nosso Pai, se se abria com tanta espontaneidade ao diálogo com os seus meninos por sua vez, deixava-se dirigir, na multiforme actividade, pela palavra autorizada do seu Confessor, Pe. José Caffasso, a quem ele pedia conselho em tudo e a quem obedecia com absoluta e filial submissão.

Conhecia a generosidade no dar e era guia seguro dos jovens a ele mandados pelo Senhor, mas justamente pela capacidade e exercício que applicava no diálogo, ele mesmo aceitava espontaneamente ser guiado e conduzido.

Dirigindo-me a Irmãos que conhecem bem a vida do Fundador, não posso não ressaltar a capacidade que teve D. Bosco em saber dirigir o diálogo com os seus primeiros salesianos naquele que era o movimento ordinário da vida religiosa e do governo da Congregação.

Que humildade e interesse em escutar e solicitar o parecer dos outros e em submeter-se ao voto do seu Capítulo (formado, é bom lembrar, pelos seus filhos) quando se tratava dos negócios da Congregação! Que fineza em confiar em todos, em valorizar também os elementos menos dotados, em saber desfrutar as riquezas de cada um para o bem comum! Que sabedoria em conferir, em tempo oportuno, graves responsabilidades, mas ajudando a assumilas, educando para o governo, lançando os homens, dos quais podia dispor no caminho do apostolado para eles quase impensável. Que submissão nas suas relações com os Superiores eclesiásticos, em situações também delicadas e difíceis, porém sem descurar o vantajoso vínculo do diálogo e da colaboração. Para D. Bosco o diálogo não foi um

pretexto para impor a sua vontade e limitar a dos outros, nem tão pouco um instrumento de compromisso e de concessões, mas foi uma disposição profunda de alma que o levou a dilatar a caridade para com o próximo, e, por sua vez, a receber o conselho e o auxílio, procurando o acordo e recolhendo as forças para que pudessem colaborar no bem.

O diálogo nas primeiras casas de D. Bosco não atenuou o prestígio e a autoridade do Superior, mas foi expressão de uma autêntica paternidade que se abria a todos os filhos de uma única família numa efusão de amor e os conduzia espontaneamente à unidade, à corresponsabilidade, à cordial colaboração.

Não podemos esquecer que o acordo creado por D. Bosco na Congregação nos seus primeiros decénios de vida foi a que lhe deu segurança interior e força de expansão exterior.

A D. Bosco os Irmãos uniam-se com simplicidade de alma e com generosidade, pois que viam como ele se unia a eles com a simplicidade e generosidade de toda a sua alma paterna. Foi um dos mais belos diálogos que a história da Igreja moderna nos faz recordar.

Olhando D. Bosco e os primeiros Irmãos à luz do diálogo, descobrimos sobretudo esta disposição de simplicidade, de generosidade, de cordial acordo.

Nesta escola, nós, no desorientamento e muitas vezes na confusão do nosso tempo, encontramos os elementos daquele são e autêntico diálogo que porá todas as forças unidas da nossa família à disposição do seu espiritual renascimento.

Dotes e virtudes do diálogo

O diálogo, para que seja eficaz e fecundo, exige certos dotes e virtudes activas e frutuosas.

Paulo VI enumera quatro: clareza, doçura, confiança e prudência.

Uma palavra sobre cada uma destas características.

A clareza do nosso colóquio vem em primeiro lugar da clareza das nossas ideias. E aqui vale a exortação de, sair de uma certa pre-

guiça intelectual que nos faz pouco atentos em procurarmos nas ideias precisas o que são os grandes e graves problemas dos homens do nosso tempo. Hoje há uma grande evolução na mentalidade corrente e não é possível suscitar interesse e convicção com respostas confusas e incertas.

Um sacerdote, estudioso profundo e notável professor da Universidade Católica de Milão, afortunado vulgarizador do pensamento e da piedade cristã, Mons. Francisco Olgiati, dizia que para poder vulgarizar a ciência é necessário possuí-la profundamente antes, até mesmo tê-la « macerada ». Sòmente quem estudou sèriamente um argumento pode reunir-lhe os elementos essenciais e colocá-los com simplicidade em evidência, isto é, conseguir apresentá-los com clareza: Como é importante pois, que discutindo os problemas, estes sejam realmente conhecidos e aprofundados.

Não poucas vezes o diálogo se torna difícil, antes, impossível, porque à base das ideias não há clareza, mas um certo equívocol uma certa nebulosidade, um conhecimento do problema sòmente aproximativo, de... ouvido!

Olhando mais longe, quanto é importante que desde o período escolar, habitue-se a uma penetração, a um estudo sério de todo o problema, de modo a obter ideias pessoais tão claras que se traduzam em ideias límpidamente expressas ao nosso próximo.

A *doçura* brota da própria natureza do diálogo, que quer o respeito do interlocutor e conta com a força da verdade e não com a sua imposição.

A este respeito queria observar que muitas vezes nós obedecemos a uma polémica de prevenção e caprichosa e isto fecha o coração do nosso interlocutor, frequentemente, também (coisa muito triste) não se respeitam sequer as normas elementares da cortesia, não suportando as opiniões dos outros e não sabendo manter uma discussão livre e serena.

Pode acontecer também nas casas religiosas, nas reuniões dos Conselhos ou em outras reuniões, que não se consiga instaurar um diálogo sereno para chegar a decisões construtivas ou a juízos equâ-

nimes, justamente porque falta aquela disposição elementar à doçura que permite a cada um de expressar o próprio parecer e a quem preside, de tirar as conclusões.

Caros Irmãos, devemos todos empenhar-nos afim de que as nossas reuniões nunca sejam quase um pretexto para batalhas de capricho, nas quais naufraga, com o diálogo, a caridade e o bem comum.

Não devemos estragar com as nossas faltas de respeito, o grande bem que pode resultar de um diálogo ordenado.

A *confiança* é a terceira característica acenada pelo Papa, afim de que ampliemos ao nosso derredor o grande dom da Salvação.

Nós devemos ter confiança na missão que é confiada a cada um de nós, confiança nas circunstâncias concretas da nossa vida e nos limites que ela nos impõe. Mas devemos ao mesmo tempo ter confiança nos outros.

O nosso optimismo para com os outros pode fazer brotar tantas boas energias que de outra forma, não teriam ocasião de se revelar. A confiança seria capaz de fazer refflorir a esperança e o optimismo também em certas comunidades, que avançam muitas vezes com interesse escarso para o bem, porque falta quem abra a via do diálogo da palavra e da acção. Assim se permanece fechado no descontentamento ou na rotina das misérias quotidianas ou nos estreitos limites da personalidade, nas prevenções ou nos ressentimentos; e acontece que uma invisível, mas evidente tela separe e conserve distacadas pessoas que no entanto escolheram uma vida comunitária, ligada pelo vínculo da caridade, para se ajudarem reciprocamente.

D. Bosco fundou todo o seu trabalho educativo, sobre a promessa que nenhum jovem é insensível ao apelo do bem e que confiar em seu êxito é já colocá-lo no caminho da Salvação.

Este alento de serena esperança a respeito dos outros, ele applicou também com os primeiros Irmãos que se sentiram como que potenciados nas suas riquezas pela afectuosa estima do Pai e responderam-lhe com um abandono e uma generosidade que não poderiam ser maiores.

Com este modo de ser, D. Bosco infundiu coragem em tantos que

teriam permanecido embaraçados nas prensas do medo e da mediocridade. E um exemplo que se deve considerar, sobretudo quando se tem responsabilidade de governo.

A *prudência* é a última virtude que nos guia nos passos não sempre fáceis e abertos do diálogo.

Seja com quem for, o diálogo não pode ser deixado à improvisação, à despreocupação, à inexperiência e ao capricho de espíritos inquietos, mas deve ser guiado com aquela ponderação que lhe assegura o bom sucesso. A Igreja nos exorta a ir ao encontro dos homens com todo o estímulo da caridade e seguindo a urgência de anunciar a salvação a todos, mas não esquece o apelo à prudência feito pelo mesmo Jesus dirigindo-se aos seus apóstolos, os futuros mensageiros da salvação do mundo.

Alargando as perspectivas deste argumento queria que chegasse a todos a exortação para multiplicar como o nosso Pai, energias e actividades do apostolado, para poder chegar e levar a Cristo almas ainda distantes, mas peço ao mesmo tempo, com a responsabilidade que sinto sobre cada Irmão e sobre toda a Congregação, que a prudência guie e regule a acção de cada um e de todos. O diálogo não pode ser pretexto para experiências arriscadas e para leviandades injustificadas, ainda que a ponderação para nós não queira dizer imobilismo. D. Bosco, como já recordei outras vezes, dá-nos um exemplo sempre actualíssimo de audácia e de prudência: o resultado e o reconhecimento da sua atitude são uma garantia e um ensino para a nossa conduta.

Ambiente salesiano do diálogo

Mas digamos alguma coisa de mais concreto para aqueles que no nosso ambiente devem ser os artífices do diálogo.

Cada casa salesiana, em medida maior e menor, é na mente de D. Bosco uma central de irradiação apostólica, não uma rocha isolada. As ocasiões, antes, a necessidade e as pessoas do diálogo são portanto infinitas, no interior e no exterior, com os jovens, com os parentes,

com os cooperadores, com os ex-alunos, com os professores, com os fiéis. Tal conceito das coisas alarga consideravelmente as ocasiões de apostolado, contra a afirmação daqueles que creem de ver mortificado o próprio zelo sacerdotal pelas ocupações às quais são chamados no interior das nossas comunidades; e ao mesmo tempo abre indefinidamente possibilidades de diálogo, inicialmente nas nossas casas e depois com o mundo externo. Tudo isto naturalmente na obediência, no acordo, na discreção.

Se nós actuássemos realmente as formas de actividades que são consagradas pelas nossas regras e pelo exemplo de D. Bosco, nós responderíamos, com isto apenas, à maior parte dos apelos apostólicos que nos vieram do Concílio.

Diálogo entre Superiores e Irmãos e a obediência

Este é o diálogo do qual se fala com frequência também no nosso mundo.

Convém esclarecer premissas essenciais. Se estas são ignoradas, pode-se chegar às consequências mais extremas e, infelizmente também mais absurdas e insustentáveis.

O decreto « *Perfectae Caritatis* », diz: « Os religiosos, com a Profissão de Obediência oferecem a Deus a completa renúncia da própria vontade como sacrifício de si mesmos, e por meio deste, de modo mais válido e mais seguro, unem-se à vontade salvífica de Deus ». E acrescenta... « à imitação de Jesus Cristo, que veio para fazer a vontade do Pai (Cfr. Jo. 4, 34; 5, 30; Hb. 10, 7; Sal. 39, 9) e tomando a natureza de um servo (Fil. 2, 7) pelos sofrimentos suportados conheceu a submissão (Cfr. Hb. 5, 8) os religiosos, movidos pelo Espírito Santo, se submetem em espírito de fé aos Superiores... ».

Diz ainda o decreto: « Os religiosos, em espírito de fé e de amor para com a vontade de Deus, segundo quanto prescrevem a Regra e as Constituições, prestem humilde obséquio aos seus Superiores colocando à disposição tanto as energias da mente e da vontade, quanto os dons da graça e da natureza, na execução das ordens e

no cumprimento dos officios a eles designados, sabendo que dão a própria colaboração à edificação do Corpo de Cristo segundo o plano de Deus ».

Destes períodos conceituosos mostra-se claro o fundamento teológico da nossa obediência, a dimensão ascética, o aspecto humano e psicológico, o valor social, o dever de praticá-la, os benefícios e os méritos que disto provém.

Por isto o Decreto conclui: « A obediência religiosa, longe de diminuir a dignidade da pessoa humana, fá-la atingir o seu pleno desenvolvimento, tendo ampliada a liberdade dos filhos de Deus ».

Portanto, a personalidade nada perde com a obediência, porque o religioso aceita-a com toda a consciência e observa-a com plena liberdade.

Nestes tempos, dilata-se um certo erro subtil, mas falaz: pretender que com a obediência se ofenda a dignidade humana.

Refletindo bem, tender para Deus com a adesão livre da vida vinculada por um voto de obediência é um gesto de dignidade e amor; se é um acto de humildade que destrói todo o orgulho, é um meio que exalta o individuo.

Pode-se ainda falar de diálogo para chegar a praticar a obediência?

Se por diálogo se entende uma discussão para induzir a todo o custo o Superior a livrar-me de uma obediência que me custa, que não me agrada, colocando no mesmo plano quem tem a responsabilidade de guiar homens e casas e quem se obrigou a colaborar com a obediência ao bem comum, então é evidente que estamos completamente fora da coerência religiosa e, diria, humana.

A obediência, antes de ser virtude cristã, é disciplina humana e civil. Devemos, de facto, tomar virilmente consciência de que a vida social, nos sectores mais diversos, e temos disto exemplos, certamente, entre os nossos familiares e amigos que não fizeram voto algum de obediência, exige a execução de ordens que frequentemente pedem sacrificios; e nenhum pensa em revoltar-se por causa de um contracto de trabalho, de um interesse económico, liames bem menos nobres do que o nosso voto.

Ora, a nossa « relação de trabalho », usando este termo, nós

sigilamo-lo com Deus, com o voto, mas se atua através da « união », da « liga » dos Superiores, os quais são intermediários com todas as responsabilidades deste ofício.

A nós todos agrada, segundo a indicação do Concílio, repetir que a nossa vida religiosa deve ser um testemunho. E com a obediência, que testemunho nós damos de submissão oferecida por Cristo « para compensar a grave desobediência de um e para fazer-nos todos justos »!

O diálogo com o Superior deve ser, nos casos menos fáceis, especialmente, a livre e confiante, mas sincera e respeitosa abertura da alma com o Superior para que iluminado assim por mim possa dizer-me a palavra que definitivamente deve orientar-me e que eu aceitarei, pois eu diria sempre a penúltima palavra, que o Superior escutará; mas é claro que a última palavra deverá ser sempre a do Superior.

Reconheço porém, que por um complexo de causas, notáveis a todos, a obediência é um cilício muito áspero, às vezes, para muitos religiosos, muito mais do que aquele da castidade; mas eu gosto de pensar que o Salesiano sabe e quer ser não um espírito mesquinho, mas generoso na sua doação a Deus. Foi escrito que: « somente quem tem vocação para a mesquinhez não sabe obedecer ». A experiência no-lo confirma: e depois é bom pensar que a obediência, exactamente quando è difícil traz o crescimento da personalidade que é toda empenhada nela.

Como é bela e rica esta oração: « Senhor, faze-me semear na obediência, afim que possa recolher na realidade ».

Falei até agora para o Salesiano que deve executar uma obediência, mas como acenava antes, se é verdade que a relação da obediência é com Deus, é também verdade que há nesta relação um anel, um intermediário, que é o Superior. E também este tem deveres, para que esta relação se efectue na justiça e na caridade.

O Superior deve tomar consciência de que para mandar, não basta crer que faz as vezes de Deus. A norma mais santa e a garantia mais segura para cumprir esta delicada função de mandato é aquela de mostrar com o próprio modo de agir a intenção de representar

Deus na humildade, com amor, com benevolência, com respeito, com discreção.

Com razão o Decreto « Perfectae Caritatis », falando aos Superiores diz: Guiem os súbditos de maneira tal que estes, cumprindo os próprios deveres e empreendendo iniciativas cooperem com uma obediência activa e responsável » (1). São palavras, especialmente as últimas, plenas de significado e que devem ser bem meditadas.

É pois dever do Superior penetrar no ânimo do Irmão, acolher as suas justas propostas, escutar as suas úteis sugestões, tomar consciência de dificuldades não previstas, em suma, pôr em acção todos aqueles elementos que, enquanto favorecem e alimentam o espírito de família, de acordo e de compreensão, tornam por isso mesmo fácil a obediência e enriquecem as decisões que se tomam, promovem a união das forças para o bem da comunidade, difundindo aquela paz que, como Papa João XXIII demonstrou, está intimamente ligada à obediência.

Como conclusão desta nossa conversa, deixai que eu vos transcreva as sapientes, autorizadas palavras dirigidas recentemente por Paulo VI a um forte grupo de Madres Provinciais:

« Diremos talvez que a autoridade perdeu o seu prestígio, a sua razão de ser, a sua responsabilidade na estrutura de uma Família Religiosa, quando esta é gerada, dirigida, animada, educada e santificada pela autoridade? E diremos que a obediência se diluiu em diálogo democrático e no querer de uma maioria numérica e de uma minoria empreendente, quando sabemos que esta virtude é essencial para a vida religiosa e para a comunidade religiosa, e que, antes, como ensina S. Tomás, « entre todos os votos da religião o voto de obediência é o maior, maximum est? (Summa Theologica II-IIae, 186, 8). Não, certamente, aliás confirmaremos a necessidade seja de um Sapiente exercício da autoridade, seja de uma sincera prática da obediência: a estrutura e o espírito da vida religiosa seriam fatalmente comprometidas, onde a autoridade e a obediência viessem a faltar. Mas uma e outra, vós o sabeis, reclamam formas novas, mais altas,

(1) « Perfectae Caritatis », n. 14.

mais dignas da sociedade eclesial, mais virtuosas e mais conformes ao espírito de Jesus Cristo: deve ser este dúplice problema, da autoridade e da obediência, um dos temas mais estudados na revisão das vossas Regras e na evolução da vossa mentalidade religiosa, e reclamará atenção, prudência e confiança para ser levada às soluções que os tempos sugerem e que o Concílio exige. A vós, Superiores, nós agora citaremos uma célebre e sempre sábia palavra de S. Agostinho acerca do que diz respeito à atitude responsável daquela que dirige uma comunidade de religiosas; diz este Santo mestre na sua famosa carta às inquietas monjas do seu tempo (a. 423), que a Superiora não se considere dominadora por autoridade, mas antes feliz de servir por caridade. Tinha de facto dito um pouco antes: à Superiora se obedeça como a uma mãe, com a devida honra, para não ofender Deus nela » (1).

Diálogo entre Sacerdotes e Coadjuutores

Sabemos qual seja o pensamento da Igreja e da Congregação sobre as novas responsabilidades de apostolado da parte dos leigos e dos religiosos.

Conhecemos também as deliberações e as orientações do Capítulo Geral XIX para uma mais ampla e profunda colaboração entre Sacerdotes e Coadjuutores. Não tanto para superar complexos de inferioridade ou somente para assumir uma atitude de fraterna cordialidade, quanto para criar os verdadeiros e operativos pressupostos de uma cooperação de energias, é necessário que o espírito do diálogo sereno e construtivo domine as relações dos Sacerdotes e dos Coadjuutores na acção educativa e apostólica. E necessário sentir fortemente as responsabilidades recíprocas que temos para com os jovens e deste anseio espiritual comum deve brotar o diálogo de acordo, da fraternidade e da colaboração.

(1) « Discurso às Superiores Gerais dos Istitutos Religiosos Femininos de Itália », *Osservatore Romano*, 13 de Janeiro de 1967.

Deve ser uma ideia já ultrapassada que a falta ou a diferença de estudos, seja religiosos que profanos, possa constituir uma dificuldade para este diálogo realizando em clima de fraternidade e de igualdade. Está no espírito do Concílio agir de forma que os nossos caríssimos coadjutores tenham contactos directos com a vida e as obras da Comunidade (P.C. 15-B), « com iguais direitos e deveres » (1) (ib. 15-C).

E está no espírito do Capítulo Geral XIX recordar-nos que o coadjutor, segundo a expressão do Servo de Deus D. Rinaldi, « não é o segundo nem o braço direito dos Sacerdotes, seus Irmãos de religião, mas um seu igual, que na perfeição os pode preceder e superar » (2) (A.C. pág. 467).

A Congregação já caminhou muito neste sector, dando aos nossos irmãos coadjutores a possibilidade de uma mais eficiente e qualificada colaboração no seio dos vários Conselhos e Grupos de direcção e consulta.

Mas valeria pouco tudo isto se não fosse de auxílio também uma abertura serena de diálogo em todos os momentos da vida de comunidade.

Tenho a mais viva confiança que a recíproca compreensão da irrevogável e característica função do coadjutor será um óptimo incentivo para actuar e intensificar o diálogo.

Diálogo entre Anciãos e Jovens

Queria ainda salientar a necessidade do diálogo entre Irmãos Anciãos e Irmãos jovens.

De um lado é necessário humildade, valorização da riqueza da experiência recolhida no tempo, senso do próprio limite, confiança afectuosa, vontade de estudar e de aprender de quem fez o caminho por primeiro; de outro lado, amor, interesse, condescendência, ajuda,

(1) « Perfectae Caritatis », n. 15.

(2) Actos do Capítulo Geral XIX, pág. 67.

esforço para compreender os anseios e os motivos profundos das impaciências juvenis.

A este ponto torna-se oportuno o apelo ao contraste que pode aflorar aqui ou ali entre gerações mais anciãs e gerações mais jovens de irmãos. Esta tensão pode ter origem no amor, como eu já disse numa outra ocasião, e pode ser fruto de uma fidelidade à Igreja e à Congregação entendida em formas diversas.

Não creio que sou optimista de mais se afirmo que esta situação não é nova na vida da Igreja ainda que hoje tenha tomado aspectos mais vivazes. Ela é superada com o respeito pelos outros, com a procura desinteressada e sincera do bem e, em conclusão, com a submissão humilde e confiante no antartico espírito religioso a quem tem a autoridade e o dever de fazer a síntese entre as opiniões e as tendências diversas, tornar as decisões e dar as directivas, tendo recebido tal autoridade da Igreja e da Congregação.

O diálogo, também neste caso e entre ideias divergentes, conduzido segundo as boas normas pode ser o instrumento que concilia e enriquece as partes opostas.

Os frutos do diálogo

Percebo que o discurso se fez muito longo, enquanto teria ainda outras « pessoas » do nosso diálogo para apresentar: os jovens sobretudo que são a porção eleita, peculiar do nosso apostolado e depois os Professores que colaboram connosco no ministério da escola, com os quais muito frequentemente não há um diálogo sistemático que os inclua « mente, corde et animo » no nosso clima apostólico educativo salesiano, e depois os Cooperadores, os ex-alunos, os fiéis...

Portanto, concluamos. De tudo quanto dissemos nestas páginas surge evidente aquele conjunto de preciosos frutos que provém do diálogo « doméstico », prático isto é, no nosso ambiente, na nossa família, em todos os níveis, com pureza de intenção e com método sapiente.

A comunidade encontrará as suas iniciativas enriquecidas pela inteligência, pela cultura, pela experiência de tantos Irmãos.

As disposições que dizem respeito às várias actividades, não vindas do alto sem terem sido serenamente avaliadas, serão aceites como fruto, não do ponto de vista de um só, mas de uma síntese que soube recolher o melhor dos membros do Conselho, da Comunidade.

Consequentemente, os Irmãos sentindo-se membros activos na construção da vida de comunidade, sentir-se-ão ao mesmo tempo membros corresponsáveis e portanto não somente chamados a serem executores de ordens, mas cointeressados a torná-las operantes, conhecendo também os motivos que as determinaram.

O diálogo será um profundo rodaje para os Irmãos, especialmente para os jovens. Actuando-o, que maturidade se operará progressivamente entre os membros da comunidade, que tomarão cada vez mais consciência das infinitas dificuldades de solução dos problemas, compreendendo a necessidade de estudá-los e de ver os seus múltiplos aspectos, e se convencerão sempre mais de como não seja útil e inteligente pretender « ter sempre e em tudo razão » vendo somente o próprio limitado ponto de vista.

O diálogo rectamente entendido e sinceramente praticado será o campo mais eficaz para se formar homens sábios e prudentes, respeitosos, abertos e realistas, adultos verdadeiros e completos enfim, preparados gradualmente à difícil arte de governar. Que precioso fruto para a vida da Congregação.

Então se compreende que tipo de clima o diálogo vem criar na comunidade, se assim for actuado e vivido. Nascerá um clima de união de corações, de satisfação, de recíproca confiança e estima, portanto uma multiplicação de rendimento apostólico, um clima sereno e familiar de optimismo construtivo.

Tudo isto não é utopia irrealizável, é uma meta que se pode alcançar, como diz a experiência; em não poucas comunidades de facto, é já uma viva realidade, ainda que entre as infalíveis carências humanas.

Tudo isto, com a vontade decisiva e generosa de cada um de vós, espero vivamente e o desejo de coração, tornar-se-à este ano uma realidade confortante em cada uma das nossas Casas.

Confio o augúrio à nossa querida Auxiliadora, ao nosso dulcíssimo Pai: a prática da estreia do diálogo leve-nos em toda a parte

a transformar cada comunidade nossa em autêntica família que na união dos corações se enriquece cada dia para dar largamente o melhor de si às almas.

Ser-vos-ei muito grato por uma lembrança na oração; asseguro a minha cada dia, e com todo o coração, por cada um de vós.

Vosso aff.mo in C. J.

Sac. LUIS RICCERI
Reitor Mor.

A respeito de uma norma importante para a actuação do Decreto « Perfectae Caritatis »

Penso que não tenha passada despercebida a nenhum a importância do Motu Proprio « Ecclesiae Sanctae » com o qual são dadas sábias e prudentes normas para a actuação de alguns Decretos Conciliares.

Para nós de particular interesse são as normas para a actuação do Decreto « Perfectae Caritatis » sobre a renovação da vida religiosa.

Especial atenção merece o artigo 3 das normas citadas. Lê-se: « Para promover à renovação e à adaptação da cada Instituto reunir-se-à dentro de 2 ou 3 anos, no máximo, um especial Capítulo Geral, ordinário ou extraordinário ».

Diante de tal prescrição a nossa Congregação encontra-se numa situação particular.

De facto, no momento em que o nosso Capítulo Geral XIX concluía os seus trabalhos, o Concílio Vaticano II tinha realizado já tres das suas quatro sessões, e tinham sido promulgados cinco documentos, entre os quais, de fundamental importância, a Constituição dogmática « Lumen Gentium » e a Constituição sobre a Liturgia « Sacrosanctum Concilium ».

Os demais documentos conciliares foram promulgados na quarta sessão, alguns meses após a conclusão do Capítulo Geral XIX, mas eram conhecidos na sua substância, porque preparados e discutidos nas sessões precedentes. De facto, o Capítulo Geral olhou contínua e atentamente para o Concílio Vaticano II, de modo que se não fosse assim, não se explicariam e não subsistiriam os « Actos do Capítulo Geral XIX » que frequentemente apelam para os Documentos Conciliares, e em cada página se inspiram no espírito conciliar.

Exemplos que provam tal influxo conciliar determinante, são so documentos fundamentais do próprio Capítulo, como:

I - « As estruturas da Congregação ».

VII - « Vida litúrgica e de piedade ».

VI - « A nossa vida religiosa hoje ».

V - « O Coadjutor salesiano ».

Em tais documentos é fácil ressaltar por exemplo, como as novas estruturas em nível central, nacional, inspectorial, respondem essencialmente a quanto prescreve o artigo 1º das « Normas ». O documento sobre a vida litúrgica e de piedade é inspirado na Constituição sobre a Sagrada Liturgia; o capítulo sobre « a nossa vida religiosa hoje », inspira-se explicitamente no Capítulo VI « De Religiosis » da « Lumen Gentium ».

Igual correlação com as orientações conciliares verifica-se nas modificações às Constituições e aos Regulamentos, propostas e aprovadas pelo Capítulo Geral.

Tais modificações foram examinadas pela Sagrada Congregação dos Religiosos e por ela aprovadas após a conclusão dos trabalhos conciliares.

Às deliberações do Capítulo Geral seguiu-se a parte operativa com um vasto movimento em todos os campos: a reestruturação do Conselho Superior, a criação das Conferências Inspectoriais e dos Conselhos de Acção, a progressiva estrada em função dos diversos « Centros » e das « Consultas » aos vários níveis o estudo sistemático dos problemas e das situações com a finalidade de « ridimensionamento » das obras, para o qual o Capítulo Geral empenha Superiores e Irmãos...

São outras tantas realidades que esperam algumas a aprovação da experiência, outras o « completamento » gradual.

Nesta particular situação com os Superiores do Conselho, perguntamo-nos: — Um Capítulo Geral extraordinário assim tão perto tornaria mais rápida e segura a renovação desejada pelo Concílio

e indicada pelas « Normas » ou correria o risco de atrazá-lo, sem poder atingir novas claras orientações fundamentais e indicações de relevo?

Sem dúvida tal Capítulo comportaria uma pausa forçada, não sòmente na actividade do Governo Central e periférico, mas também em toda a Congregação, hoje voltada para um trabalho de « aggiornamento », de « ridimensionamento », reestruturação, programação para a qualificação, que seria interrompido num momento tão delicado.

Além disso, dado que a experiência das novas estruturas está começando apenas, o Capítulo Geral extraordinário estaria em condições de se pronunciar sobre os resultados de tal experiência, truncada hipoteticamente quase na sua génese?

Estas considerações foram apresentadas no dia 15 de Novembro de 1966 à Sagrada Congregação dos Religiosos, para pedir uma autorizada palavra de norma e orientação.

A Sagrada Congregação havia examinado todas as variações efectuadas nas Constituições pelo Capítulo Geral XIX, além disso possuía o texto dos « Actos do Capítulo Geral XIX » e os « Actos do Conselho Superior » de 1965-1966.

Com a data de 16 de Novembro de 1966, o Cardenal Antoniutti, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, comunicava-nos que, após um sério exame dos nossos quesitos, a Sagrada Congregação concordava que existiam fortes motivos para um adiamento do Capítulo Geral previsto pelo artigo 3 das Normas. Porém não além de 1971.

Apresso-me a esclarecer antes de tudo que o adiamento não suprimirá do nosso próximo Capítulo Geral aquele carácter particular e extraordinário acenado pelas « Normas », seja na sua fase de preparação como naquela dos trabalhos, para chegar aos objectivos propostos pela autoridade Superior.

De facto, é verdade que o Capítulo Geral XIX inspirou-se no Vaticano II, mas seria ingenuidade pensar que nele a nossa adequação ao Concílio tenha podido encontrar uma resposta completa e definitiva.

Quanto ao adiamento, estudar-se-á, nos limites da resposta da Sagrada Congregação dos Religiosos, o momento mais propício para

realizar este « complemento ». Para isto darão particular e preciosa colaboração, as indicações que virão, com o mínimo de tempo indispensável, das experiências em curso.

Enquanto isto, devemos todos sentir-nos empenhados, cada um segundo o lugar que ocupa, para dar vida às não poucas actuações em curso, segundo a direcção e novas normas que visam, nas formas mais variadas, à renovação desejada pelo Concílio e pelo Capítulo Geral XIX.

O Senhor nos abençoe e nos conforte.

Aff.mo in C. J.

Sac. Luis Ricceri
Reitor Mor

II. DISPOSIÇÕES E NORMAS

Sobre a Carta Apostólica, motu próprio, « Ecclesiae Sanctae »

No dia 6 de Agosto de 1966, o Santo Padre, com a Carta Apostólica « motu proprio » quis promulgar ad experimentum algumas normas para a actuação prática de 4 documentos conciliares: « Christus Dominus », « Presbyterorum Ordinis », « Perfectae Caritatis » e « Ad Gentes divinitus ».

As normas que dizem respeito à vida religiosa são expostas na segunda sessão da mesma Carta (pp. 23-30 da edição Vaticana).

A 1ª parte trata do modo concreto com o qual se pode promover a « renovação e a adequação » previstas pelo Concílio para as instituições de vida religiosa. Acena-se à oportunidade de um Capítulo Geral extraordinário (do qual fala o Reitor Mor em outra parte destes Actos), da revisão das Constituições e enfim de alguns critérios práticos para uma proveitosa « renovação ».

Na 2ª parte se apresentam alguns pontos programáticos sobre os quais se deve convergir de modo particular, a obra de renovação. Entre estes, citemos alguns de particular interesse para nós: O Ofício Divino, a oração mental, a mortificação, a pobreza, a vida comum, a formação dos religiosos.

Evidentemente algumas destas normas dizem respeito sobretudo aos Orgãos dirigentes, outras a cada Irmão. Eis algumas ideias e apelos de particular importância e que interessam a todos nós;

— adquirir um conhecimento profundo dos documentos fundamentais do Concílio concernentes à vida religiosa, em 1º lugar a Constituição « Lumen Gentium » nos capítulos V e VI e o Decreto « Perfectae Caritatis »;

— promover o « estudo e a meditação » da Escritura, da doutrina sobre a vida religiosa, do espírito primitivo da fundação;

— rever certas formas externas que o tempo esvaziou de eficácia de testemunho, sempre que não penetrem na própria essência da instituição. (É claro que toda a decisão a respeito compete aos órgãos responsáveis);

tornar mais representativo e funcional o exercício da autoridade.

É necessário salientar o que a Carta Apostólica diz, concluindo tais normas: « ... uma adequada renovação se pode fazer uma vez para sempre, mas deve ser continuamente sustentada pelo fervor dos membros e pelas solicitudes dos Capítulos e dos Superiores ».

— É necessário verificar que em cada Casa, juntamente com os textos conciliares, existam também cópias da Carta Apostólica « Ecclesiae Sanctae », melhor ainda se traduzida em língua nacional e comentada.

É necessário e útil que todos estes documentos sejam bem conhecidos em nossa Comunidades.

Mortificação da 6ª feira e abstinência

De muitos lugares vem a pergunta sobre como regular-se quanto à abstinência de carne, tradicionalmente observada até agora em muitos países católicos.

A este respeito devem ser seguidas as disposições emanadas pelas Conferências episcopais territoriais.

Onde as Conferências deixam aos fiéis a escolha da mortificação que substitui a abstinência, algumas Conferências Inspectoriais adotaram o seguinte critério: cada comunidade, no começo do ano, escolha o acto penitencial que entende praticar nesse dia.

Em relação ao jejum é sempre válido o artigo 157 das Constituições, segundo as observações feitas nos Actos do Conselho Superior (n.º 246, pág. 28).

Bolsas de Estudo fora da Inspectoria

Vão-se multiplicando os casos de bolsas de estudo, concedidas pelo governo ou por outras entidades, para cursos de aperfeiçoamento.

mento a serem frequentados no exterior, e particularmente na Europa.

Nenhum Irmão pode aceitar a frequência de um curso no exterior pelo único motivo que lhe foi oferecida a oportunidade.

Únicamente os Inspectores podem autorizá-lo a gozar de tais bolsas de estudo. Tal permissão porém é concedida somente quando se trata de uma verdadeira vantagem para a Inspectoria e quando, há garantia de que o Irmão se encontrará em ambiente moral e religiosamente seguro.

Os Inspectores informem sempre o Conselho Superior, através do Conselheiro Encarregado, sobre a troca de ambiente do Irmão ao qual deverão assegurar a assistência da Casa Salesiana mais próxima e do Inspector, em cujo território se faz o Curso.

Pedidos ao Reitor Mor

Qualquer pedido de autorização, concessão, licenças, etc... que é feito ao Reitor Mor, deve ser sempre apresentado em papel à parte, e não juntamente com outros argumentos.

Não deverá faltar o parecer do Inspector.

Assim também os pedidos de dispensa dos votos sejam acompanhados do parecer do Inspector.

Todos estes documentos sejam por norma dactilografados.

Sejam sempre nítidos para a leitura, especialmente na indicação de nomes e apelidos.

As assinaturas, além de escritas à mão, sejam transcritas à máquina.

Estas normas são absolutamente necessárias para a clareza, a reserva, a catalogação das práticas, e sobretudo para o despacho mais rápido.

Relações e Documentos Estatísticos

Recorda-se aos Senhores Inspectores o envio à Secretaria Geral, dos seguintes documentos:

- 1) Relação anual do Inspector ao Conselho Superior (2 cópias).
- 2) Prospecto estatístico da Inspectoria (2 cópias). Os dados devem

responder aos anos escolares (1965-66 para as Inspectorias do 1º volume do Elenco Geral e 1966 para aquelas do 2º volume).

Queremos além disso solicitar dos Directores das Casas a cuidadosa compilação e a oportuna remessa dos seguintes dados por meio dos Offícios Inspectoriais:

A) *Dados estatísticos anuais* de cada Casa (2 cópias).

B) *Crónica quinzenal* (1962-1966) de cada Casa (1 cópia). Como se faz por ano escolar, tal crónica deve começar em Outubro de 1961 para as Casas compreendidas no 1º volume do Elenco (Actos do Conselho Superior, n.º 245, pp. 22-23).

Precisamos que no Calendário da Secretaria publicado no n.º 239 dos Actos, incorremos num erro a respeito dos quinquénios. Permanecem aqueles indicados no n.º 226 e isto é: 1962-66, 1967-71, etc...

Quem por acaso tivesse mandado uma só cópia dos documentos que pedem duas, tenham a bondade de integrar a precedente remessa.

Mandando os documentos, os Secretários procurem fazê-lo em uma única expedição e cuidem bem da confecção do pacote, afim de que os fascículos não cheguem deteriorados.

III. COMUNICAÇÕES

Proclamação das virtudes de Pe. André Beltrami

No dia 15 de Dezembro, pp. o Santo Padre ordenou a leitura e a promulgação do decreto da Sagrada Congregação dos Ritos que proclama a heroicidade das virtudes do Servo de Deus Pe. André Beltrami. Com tal acto o nosso Irmão vem a ser honrado pela Igreja com o título de « Venerável ».

O alto reconhecimento que é feito a Pe. André Beltrami é motivo de grande alegria para a nossa Família que vê encaminhar-se para a beatificação ainda um dos seus filhos, pertencente à geração salesiana que seguiu imediatamente a morte do Fundador e dele herdou, com as obras, a luminosa chamada para a santidade. O reaparecer da luz da santidade no horizonte da Congregação neste momento de grande responsabilidade para todos é um convite a procurar em nossa perfeição a verdadeira força e o verdadeiro caminho da renovação post-conciliar.

Convidam-se os Irmãos a reler a edificante biografia do Venerável: ali se aprende a grande lição da união com Deus, do sofrimento e do trabalho santificado. Recordar a exaltação de Pe. Beltrami feita pelo Cardeal Mistrangelo, Arcebispo de Florença, actual também em nossos tempos: « Quis Deus que ... o mundo cristão tivesse, na hora do egoísmo, na febre frenética do prazer e do jogo, na aversão geral ao sofrimento, um insigne exemplar de caridade, de penitência, de paciência sublime como talvez nunca a agiografia cristã assinalou ».

Processo informativo do Servo de Deus Simão Srugi de Nazaré

No dia 28 de Dezembro pp. na sede do Patriarcado Latino em Jerusalém, concluiu-se com êxito o processo informativo sobre a

fama de santidade, virtudes e milagres do Servo de Deus Simão Sruji de Nazaré (1877-1943), nosso Irmão Coadjutor. O processo durou pouco mais de 2 anos.

Os documentos, aprovados e assinados por Sua Beatitude Monsenhor Alberto Gori, Patriarca Latino de Jerusalém, e pelos componentes do Tribunal Eclesiástico, foram depois entregues, através do Postulador Pe. Carlos Orlando, à Sagrada Congregação dos Ritos.

A Congregação felicita-se com os Irmãos da Inspectoria do Médio Oriente que oferece este magnífico testemunho de vida religiosa e salesiana e augura que seja rápido o caminho do primeiro coadjutor salesiano em direcção à Suprema Glorificação da Igreja.

Está-se imprimindo na L.D.C. Torino-Leumann, a biografia do Servo de Deus e recomenda-se de facilitar a leitura aos Irmãos, especialmente coadjutores, afim de que se edifiquem com os exemplos heróicos de uma santidade tão fácil e imitável.

Novo suplemento do Necrológio

Está-se imprimindo o novo suplemento do Necrológio Salesiano, que incluirá o nome dos Irmãos falecidos de 1950 a 1966 e substituirá o precedente (1950-1962).

Como em muitas Casas o 1º volume do Necrológio já está muito desordenado com o suplemento será enviado gratuitamente a todas as Casas também uma cópia do 1º volume.

Está-se preparando, também, o opúsculo actualizado dos Endereços de todas as Casas Salesianas: este será também expedido em várias cópias a todas as Casas, afim de que sirva aos Irmãos que não podem ter à própria disposição o Elenco Geral da nossa Sociedade.

Às Casas da Itália e às do Estrangeiro que pediram, serão enviadas gratuitamente 2 cópias do Manual de administração editado pelo saudoso Pe. Fedele Giraudi (uma para o Director, outra para o Prefeito).

IV. ACTIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Nos meses passados prosseguiram intensamente, e com prioridade sobre as demais, as iniciativas para a actuação das deliberações do Capítulo Geral.

Vários sectores novos foram tomados em consideração e foram formulados pelo Conselho Superior, orientações gerais de estudo e de trabalho: tais linhas directivas foram em seguida transmitidas às Conferências Inspectoriais, através dos Conselheiros encarregados de grupo, para mais amplo desenvolvimento e para adaptação às situações e exigências locais. Pediu-se às Conferências Inspectoriais o interesse directo das Casas e de cada um dos Irmãos.

Quanto ao « ridimensionamento » de que já se falou nos últimos « Actos do Conselho Superior », foram preparados e transmitidos questionários-guias para um levantamento o mais possivelmente objectivo e fiel da situação actual das nossas obras e da eficácia das nossas actividades. O questionário assim chamado A, diz respeito às obras e às actividades de carácter notadamente escolar: o questionário B diz respeito às paróquias e oratórios. Estes dois questionários são destinados aos Conselhos das Casas. A cada Irmão, ao invés, é destinado um terceiro questionário, C. O estudo do plano de « ridimensionamento » realiza-se através de várias etapas. Em um primeiro tempo, se realiza nas Casas com a compilação dos questionários: as respostas devem ser enviadas aos Centros Inspectoriais, dentro do tempo estabelecido por cada Conferência Inspectorial. Em um segundo tempo, o Conselho Inspectorial, integrado por uma Comissão qualificada para tal trabalho, examina as conclusões de cada Casa e de cada Irmão e elabora um plano geral de « ridimensionamento » para toda a Inspectoria. Enfim, durante o ano 1967 cada Inspectoria deverá transmitir o próprio plano de « ridimensio-

namento » ao Conselho Superior, como foi deliberado no Capítulo Geral, para obter a aprovação.

Os questionários evidentemente, não miram simplesmente a uma burocrática estatística das nossas obras e das nossas actividades, mas tendem a reunir elementos precisos para uma revisão e implantação, e um desenvolvimento ordenado do nosso apostolado, como exige o nosso tempo. Tais questionários querem favorecer aos Irmãos uma consciente e pessoal participação dos interesses da Congregação.

Qualificação dos Irmãos para as Casas de formação

Quanto à qualificação dos Irmãos para as várias actividades do nosso apostolado, num primeiro momento se é voltada uma atenção especial às Casas de formação: de facto, da preparação do nosso pessoal depende, em grande parte, a eficácia do nosso trabalho.

Com tal finalidade o Conselheiro Geral para a Formação do Pessoal enviou nos meses passados, aos Inspectores, directivas gerais, que deverão ser estudadas em relação à situação da própria Inspectoria. Em concreto, pede-se um cuidadoso levantamento sobre o pessoal das Casas de formação, de forma que se individualize, com termos precisos, a situação objectiva de cada Inspectoria, as necessidades mediatas e imediatas, as deficiências e o modo de superá-las. Levando em consideração o resultado deste exame, o Inspector com o seu Conselho deverá programar um plano para a preparação do pessoal das Casas de formação, de tal modo que, dentro de 5 anos, se possam ter Irmãos qualitativamente preparados e quantitativamente suficientes para enfrentar todas as exigências religiosas, educativas e culturais das Casas de formação nas Inspectorias. A atuação de tal plano deve ter a precedência sobre os outros interesses e as novas levas de Irmãos deverão fornecer, directa ou indirectamente, os elementos para tal finalidade, antes de qualquer outra actividade.

Programa de Cursos e de Convénios vários

Quanto à formação do pessoal foram aviadas diversas iniciativas, que se realizarão durante 1967 e em vários casos foram preparados

e transmitidos aos Irmãos interessados, oportunos esquemas orientativos e questionários para recolher elementos úteis de informação.

Está-se preparando, através de consultas e estudos preliminares, um Curso para Mestres de Noviços da Europa que se efectuará em Caselette (Turim) na nova casa para retiros, inaugurada recentemente, do dia 17 ao dia 29 de Abril próximo.

O Conselheiro para a Formação do Pessoal fez uma visita a vários estudantados teológicos e filosóficos da Argentina, do Chile, do Uruguay e do Paraguay e actualmente está visitando as casas de formação da Espanha.

O Pe. Pianazzi enviou também às casas de formação algumas orientações práticas para actuar o decreto « Optatam totius » sobre a preparação sacerdotal, e submeter ao exame e ao julgamento dos Professores dos Estudantados filosóficos um novo programa para o ensino da Religião dos clérigos.

Nos meses de Abril e Maio efectuar-se-ão dois Convénios sobre os problemas dos Estudantados teológicos e filosóficos da América Latina, respectivamente em São Paulo de 20 a 24 de Abril e em Bogotá de 2 a 6 de Maio. Participarão Directores, Superiores, Professores interessados em tais problemas.

Para que o ensino nos nossos Estudantados filosóficos seja sempre mais aderente às exigências da escola do nosso tempo, foram projectados vários encontros de « aggiornamento » para os professores: o 1º realizou-se em Roma, nos últimos dias de 1966 para o ensino das línguas, das matemáticas e das ciências.

Prosseguindo naquilo que já se actuou para as Inspectorias da Itália, estão em fase de organização dois Convénios para os Ecónomos Inspectoriais da América do Norte e do Sul, que se realizarão respectivamente em Caracas de 12 a 15 de Abril e em Buenos Aires de 4 a 7 de Abril.

Convénios realizados

Durante os meses passados foram efectuados muitos Convénios para sectores particulares de actividades salesianas e para as Inspec-

torias em particular ou grupos de Inspectoria. Acenamos àqueles que chegaram ao nosso conhecimento, para que sirvam de exemplo a toda a Congregação, ainda que sejam de interesse particular.

No início de Novembro em Roma, houve o 1º Convénio para os meios de comunicação social, para os Delegados das Inspectorias Italianas, mas com a presença de vários Irmãos de outras nações da Europa. Tal Convénio, embora nos limites de suas conclusões revelou a necessidade de que os Meios de Comunicação Social não sejam considerados unicamente em seu interesse recreativo, mas sejam inseridos (justamente porque são hoje de extraordinária influência), no quadro de conjunto da nossa acção pastoral e educativa, sejam organizados pela própria Congregação através de Sessões competentes em todos os níveis e sejam dotados de pessoal especializado, oportunamente preparado como o pessoal devotado ao ensino e às outras actividades de ministério. Somente deste modo será possível realizar uma eficaz obra educativa por meio dos animadores dos Meios de Comunicação Social, a Imprensa, as Associações, etc.

Para a Pastoral Juvenil, após as orientações dadas às Conferências Inspectoriais no que diz respeito à Comunidade educativa das nossas escolas, foi estudado de modo especial o problema dos Oratórios vários, inquiridos promovidos entre os Irmãos a nível de cada Casa e a nível inspectorial, permitiram recolher preciosas indicações, que foram reelaboradas por uma especial comissão presidida pelo Conselheiro da Pastoral Juvenil. Assim directivas gerais foram definidas e deverão servir de norma às Conferências Inspectoriais para a reorganização deste importantíssimo sector do apostolado salesiano.

Muitas iniciativas foram tomadas pelos Irmãos coadjutores.

Para a revista mensal « O Coadjutor salesiano » foram feitas várias reuniões que decidiram a renovação do título, do conteúdo e da implantação do periódico. Assim receberá o nome « Convergências » e acrescerá suas rubricas, ampliando a informação sobre os centros de interesse próprios dos Coadjutores.

Entre os Convénios recordamos aquele de Sevilha (Espanha) sobre os problemas de formação religiosa, de apostolado e de pedagogia; aquele de Zamora (Espanha) sobre os problemas de carácter

pedagógico-organizativo para o sector profissional mecânico; aquele de Como (Itália) sobre a orientação legislativa e formação cultural, técnica e moral dos Coadjuutores; aquele de S. Isidro (Argentina) sobre a preparação religiosa apostólica, técnico-cultural; aquele de Madrasta (India) sobre os interesses gerais da vida e actividades dos Coadjuutores; aquele de Génova (Itália) sobre o tema: O religioso leigo e o coadjutor salesiano apóstolo.

DECRETUM

Taurinen. seu Novarien. Beatificationis et Canonizationis Servi Dei

ANDREA BELTRAMI

Sacerdotis e Pia Societate Salesiana

Super dubio

An constet de virtutibus theologalibus Fide, Spe et Caritate cum in Deum tum in proximum, necnon de cardinalibus Prudentia, Iustitia, Temperantia et Fortitudine, earumque adnexis, in gradu heroico, in casu et ad effectum de quo agitur.

In oppido vulgo *Omegna* appellato et intra Novariensis dioecesis fines posito, die 24 mensis iunii, anno 1870, ex honestis parentibus Antonio et Catharina, utroque Beltrami cognomine, Servus Dei Andreas Beltrami natus est, decem germanorum primogenitus. Postridie in paroeciali ecclesia sua aquis baptismalibus renatus Andreae Iosephi nomen accepit. Statim piissima mater primogenitum suum Christo Iesu ac Deiparae Virgini generoso corde devovit, petens ut ipse mori mallet quam peccato foedari; quare verbo et exemplo usque ab eius teneris unguiculis christiana virtute imbuere satagit eum, qui postea, aetate crescens et puer factus, religione bonisque moribus ab optima matre institutus est. Quamvis vero vivido eius mentis ingenio responderet vivacior indoles animi, tamen pietatis et oboedientiae ea specimina Andreas dedit, ut puer nondum decem annorum, praeter morem suetum, primum ad sacram Synaxim fuerit admissus; die autem 7 augusti 1881 sacro Chrismate linitus fuit.

In paterna domo tredecim annos transegit; interim cum laude prima

studia in sua terra natali explevit, in quodam laico Collegio; sed, cum ibi litterarum eruditio esset nimis disiuncta ab aeternarum veritatum institutione, Andreas, ne amplius, cum ad caelestia contendere vellet, cogeretur terrena invitus aspicere, die 24 octobris 1883 inter alumnos Collegii S. Philippi, in loco vulgo *Lanzo*, sub moderatoribus et magistris Piae Societatis Salesianae, libenter cooptatus est.

Insuetus vero, ob vivaciorem indolem, inopinatae Collegii disciplinae, initio Superioris monitum meruit; quo tamen audito secumque considerato, suae vitae tenorem ita penitus immutavit, ut mox ceteris iam alius appareret. Quare, oboedientia et docilitate, pietate et caritate, humilitate et temperantia, adeo excellebat, ut cito ad imitandum condiscipulis proponeretur, et piis Ssmi Sacramenti et Sancti Aloisii sodalibus a suis moderatoribus adscriberetur.

Absoluto tandem gymnasii curriculo, responsis et consiliis piorum virorum acceptis, exhortante ipso Sancto Ioanne Bosco, apud quem totius antea vitae confessionem peregit, spiritualibus exercitiis interpositis, divina opitulante gratia, clare suam agnovit religiosam vocationem; ideoque, summo animi gaudio, post vacationes in paterna domo peractas, de parentum superiorumque licentia, omnibus salutem dixit, et mense augusto anni 1886 a Salesianis sodalibus receptus est; tunc vero, novitiatus domum vix ingressus, statim exclamavit: *Nunc coepi*.

Exinde igitur, in illo Salesiano quasi vallato viridario, quod sanctus Ioannes Bosco plantavit rigavitque, et ubi plures, virtute atque sanctitate fragrantés, floruerunt flores, iuvenis Andreas non *abscondit pecuniam domini sui* (*Mt.* 25, 18), sed exsultans *sicut gigas ad currendam viam* (*Ps.* 18, 6) suae perfectionis, *consummatus in brevi, explevit tempora multa* (*Sap.* 4, 13). Merito quidem ipse sanctus Ioannes Bosco, *intuitus eum* (*Mc.* 10, 21), dicere potuit, dum Dei Famulus adhuc viveret: *unus et unicus inter omnes est Beltrami*.

Sanctas regulas Salesianas, a se acceptas una cum illo salutari monito *hoc fac et vives* (*Luc.* 10, 28), Servus Dei ita fideliter in novitiatu observavit, ut a sociis appellaretur *regula personificata*; die vero 2 octobris 1887, coram sancto Fundatore, summa cum laetitia, religiosam professionem emisit.

Deinde studiis philosophicis dedit operam, sed sollicitiorem quidem se praebeat de scientia ac prudentia sanctorum sibi comparanda. Eodem tempore quo ipse discipulus erat, munus magistri, a Superioribus sibi concreditum, humiliter accepit et egregie implevit; interim lyceali, quod vocant, diplomate cum laude est donatus; statimque ad theologicas disciplinas incumbens, simul docebat quoque Latinas Italicisque litteras alumnos ad Piam Salesianam Societatem adspirantes. Superioribus autem volentibus, facultati litterarum et philosophiae in Taurinensi Universitate nomen dedit, una sibi commissum officium instituendi curandique catholicam Universitatis Consociationem gerens; eodem tempore munere fungebatur secretarii infirmi confratris Augusti Czartoryski. At potissimum, omnium virtutum exercitatione, se ad Sacerdotium parabat.

Tot itaque officiis et laboribus debilitatum, anno 1891, phtisi morbo eum esse affectum fuit declaratum; medicorum igitur iudicio superiorumque iussu, omnes sedulo curationes ei adhibitae sunt, sed gravis morbus magis saeviebat in dies. Cum nulla iam esset spes valetudinis restaurandae, ne ingravescens morbus ei sacerdotium praeverteret, debitis facultatibus petitis ac dispensationibus impetratis, per varios sacri Ordinis gradus, tandem die 8 ianuarii 1893 Servus Dei Sacerdos Christi est rite inauguratus. Sacerdotio auctus, orationi et meditationi instabat, et Sacro devotissime litando intimam cum Deo coniunctionem servabat. Fide et amore sive in Ssmum Eucaristiae Sacramentum, sive in Deiparam Virginem Auxiliatricem vehementer aestuabat, necnon in Angelos Sanctosque Patronos. Cum ob morbum, magis magisque gravem, nihil sibi videretur extrinsecus agere posse, venia sui moderatoris obtenta, sese Deo humiliter ut victimam obtulit, et iuxta sancti Fundatoris mentem, semper prae oculis habens aeternam animarum salutem, suum sacerdotale ministerium, in aliorum aedificationem conscribendo libros, mirifice exercere valuit.

Per septem annos, in oratione, in lacrimis, in cilicio, acerbos corporis dolores heroica fortitudine toleravit; usque dum, de superiorum consensu, omnibus abiectis medicamentis, divinae voluntati se omnino commisit, et summa sui christiana contemptione, illa singularia verba humillime protulit: *nec mori nec sanari; sed vivam ut patiar.*

Denique, labente decembri anni 1897, extremos praesentiens suae vitae dies, sacramentali confessione se munire voluit; die autem 29 eiusdem mensis Sacrum pientissime litavit; dieque sequenti, nempe trigesima decembris, angoribus morbi oppressus, commotione cordis percussus, suis omnibus sodalibus maerentibus, sancte obdormivit in Domino, septem et viginti annos natus.

Cum eius sanctitatis fama, qua ipse vivens iam fruebatur, post obitum in dies percrebresceret, canonicae inquisitiones in ecclesiastica Novariensi Curia ordinaria auctoritate sunt peractae; eodemque tempore per Litteras Rogatorias Augustae Taurinorum, Tusculi et Viterbii, iuxta sacros canones, alii fuerunt constructi processus, quorum omnium die 19 augusti 1914 aperitio rite facta est. Servatis autem omnibus de iure servandis, Sacra Rituum Congregatio, scriptis eidem Servo Dei tributis rite perpensis, die 6 iunii 1916, nihil obstare decrevit, quominus ad ulteriora procederetur; et ideo Benedictus Papa XV fe. re., die 28 iulii 1920, Sua manu commissionem Introductionis Causae signare benigne dignatus est. Cum postea, die nempe 22 martii 1927, agnita esset oboedientia Urbanianorum Decretorum super prohibito cultu latorum, Apostolici Processus, super virtutibus et miraculis in specie eiusdem Servi Dei, in archiepiscopali Taurinensi Curia instructi fuere, de quorum validitate latum est decretum die 1 februarii 1939.

Hisce omnibus praemissis, istante Piae Societatis Salesianae Postulatore generali, Congregatio Antepreparatoria super virtutibus, coram Emo ac Revmo Dño Cardinali Benedicto Aloisi Masella, Praenestino Episcopo et Causae Ponente seu Relatore, die 10 martii 1959 habita est; Praeparatoria vero die 8 iunii praeteriti anni 1965; Generalis tandem, coram Sanctissimo Domino nostro Paulo Papa VI, die 24 maii anni huius volventis, in qua idem Emus Cardinalis Relator dubium discutiendum proposuit: *An constet de virtutibus theologalibus Fide, Spe et Caritate cum in Deum tum in proximum, necnon de cardinalibus Prudentia, Iustitia, Temperantia et Fortitudine, earumque adnexis, in gradu heroico, in casu et ad effectum de quo agitur.*

Et Emi ac Revmi Patres Cardinales, Revmi autem Prelati Officiales et Consultores Theologi, quotquot aderant, suum quisque votum protulerunt; et Sanctitas Sua, cuncta suffragia intento animo secutus, men-

tem Suam statim aperire non dubitavit; et ideo super virtutum Servi Dei heroicitate decretum apparari iussit.

Hodierno autem die, eucharistico Sacrificio piissime litato, Sanctitas Sua ad Se accitis Emis Cardinalibus, infrascripto Arcadio Maria Larraona, S. Rituum Congregationis Praefecto, et Benedicto Aloisi Masella, Causae Ponente seu Relatore, necnon Rev.mo P. Raphaële Perez O. S. A., Fidei Promotore Generali, meque item subsignato Secretario, sollemniter edixit: *Constare de virtutibus theologalibus Fide, Spe et Caritate cum in Deum tum in proximum, necnon de cardinalibus Prudentia, Iustitia, Temperantia et Fortitudine, earumque adnexis, in gradu heroico, Servi Dei Andreae Beltrami, Sacerdotis Piae Societatis Salesianae, in casu et ad effectum de quo agitur.*

Hoc autem Decretum publici iuris fieri et in Acta Sacrae Rituum Congregationis referri mandavit.

Datum Romae, die 15 decembris a. D. 1966.

Arcadius M. Card. Larraona, S. R. C. Praefectus

L. ✠ S.

✠ Ferdinandus Antonelli, Archiep. tit. Idicren., S. R.C. Secretarius

VI. SALESIANOS DEFUNTOS

1. *Publicamos as necrologias dos Irmãos defuntos que chegaram até nós; infelizmente, nem todas as casas se preocuparam em enviar-nos, conforme o estabelecido pelo Capítulo Geral XIX, pág. 47.*

2. *Faz-se apelo à lembrança e à observância do art. 162 das Constituições, na redacção deliberada pelo Capítulo Geral XIX, a respeito dos sufrágios pelos Irmãos: « Celebrar-se-á uma Missa de 30º dia, para cada Irmão defunto, na Casa à qual pertencia » (Actos do Cap. Geral XIX, p. 226).*

3. *Louva-se e encoraja-se a tradição de manter viva a lembrança dos Irmãos defuntos de cada Casa afixando, na sacristia, um elenco com os nomes e a data de morte.*

Pe. José Achermann

* Kuntwil (Suíça) 16.3.1876, † S. Benigno Canavese (Itália) 18.11.1966, com 90 a., 66 de profissão, 59 de Sacerdócio.

Expirou serenamente aos 90 anos, na Casa de São Benigno, onde transcorrera quase toda a sua vida. Ocupou-se de modo especial da direcção espiritual da Casa e de outras comunidades. Humildade e recolhimento foram suas características.

Pe. José Alves

* Vilanova de Cocujães (Portugal) 5.4.1903, † Estoril (Portugal) 12.9.1966, com 63 a., 47 de profissão, 36 de Sacerdócio. Foi por 20 a. Director.

Trabalhou nas Casas de Espanha e de Portugal, onde foi Director por vários anos. Distinguiu-se pelo zelo e límpido espírito salesiano.

Pe. Félix Bertola

* Pont St. Esprit (Gard-França) 27.7.1922, † Ancona (Italia) 20.10.1966 com 44 a., 27 de profissão, 17 de Sacerdócio.

Era um óptimo psicólogo para a orientação de nossos jovens. A morte repentina por acidente, enquanto se dirigia para cumprir o ministério sacerdotal da confissão, não o colheu impreparado, certamente, porque era rico de fé profunda, de serenidade e de bondade exemplares.

Pe. João Bertoldi

* Loreggia (Pádua-Itália) 13.12.1904, † Novara (Itália) 13.12.1966, com 62 a., 44 de profissão, 36 de Sacerdócio.

Voltou para a Casa do Pai depois de uma vida dedicada totalmente ao trabalho. Por 15 anos, missionário na China. Nos 2 anos de doença, a sua tristeza maior foi de ser incapaz de qualquer trabalho no meio de irmãos sempre em acção.

Sr. Patricio Brassil

* Howlt Dublin (Irlanda) 12.1.1875, † Londres (Inglaterra) 8.11.1966, com 91 a., 67 de profissão.

Morreu em Londres com 91 anos. Remontava aos primeiros tempos da nossa Inspectoria e foi uma figura veneranda que nos deu exemplo magnífico de trabalho santificado e santa alegria salesiana.

Pe. António Gavasin

* Carpenedo (Treviso-Itália) 1.11.1871, † Nave (Itália) 29.9.1966, com 94 a., 76 de profissão, 70 de Sacerdócio.

Consumiu sua longa existência na assistência, na escola e no ministério sacerdotal em várias casas do Veneto, da Lombardia, Liguria e Toscana. Na escola, sobretudo, aplicou seus dotes de professor, educador e sacerdote. Trascorreram os últimos decênios da sua vida no Estudo Filosófico de Nave, de um exemplo vivo de fidelidade ao espírito de D. Bosco, ao estudo e à oração.

Sr. Estevão Marco Colo

* Prè (Trento-Italia) 25.4.1882, † Rovereto (Itália) 12.10.1966, com 84 a., 60 de profissão.

Morreu em Rovereto, onde passou mais de 30 anos. Foi quase sempre enfermeiro e dispenseiro. Ocupava-se também de fotografias

e alegrava os jovens, exibindo-se no teatro. No 60º aniversário de sua profissão religiosa, depois de 4 anos de penosa doença, expirava sereno como um patriarca.

Pe. Carlos Mário Cremaschi

* Buenos Aires (Argentina) 27.8.1897, † Buenos Aires (Argentina) 25.10.1966, com 69 a., 50 de profissão, 41 de Sacerdócio. Foi Director por 6 anos.

Morreu serenamente em Buenos Aires com a idade de 69 anos. Homem de iniciativa, organizador metódico e de extraordinária capacidade de trabalho, frutificou estes dotes como Conselheiro, Perfeito, Director. Grande figura de sacerdote e de Salesiano, foi modelo de religioso obediente e delicado. Animador ardente da devoção à SSma. Eucaristia e a Maria Auxiliadora.

Sr. Antonino Ferreira

* Madeira (Portugal) 30.6.1886, † Lisboa (Portugal) 14.11.1966, com 80 a., 60 de profissão.

Professor e mestre de música, redactor do Boletim Salesiano em Turim, secretário da Faculdade de Letras em Goiânia. Salesiano exemplar, humilde, culto, metódico, trabalhador incansável. A morte o colheu em sua mesa de trabalho.

Pe. José Forgac

* Banovce (Checoslováquia) 19.2.1904, † Buenos Aires (Argentina) 14.9.1966, com 62 a., 42 de profissão, 35 de Sacerdócio. Foi Director por 15 anos.

Missionário no Chile, foi Director e pároco em várias das nossas Casas. Distinguiu-se pela bondade generosa e pelo entusiasmo sadio, unidos à serenidade inalterável e alegria salesiana.

Pe. Angelo Franco

* Cantavenna (Itália) 12.12.1885, † Piosasco (Itália) 6.12.1966; com 81 a., 64 de profissão, 55 de Sacerdócio. Foi Director por 23 anos.

Digníssimo filho de S. João Bosco, distribuiu generosamente os tesouros de um espírito bom e de uma sabedoria de direcção especialmente nas Inspectorias da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os numerosos Irmãos e ex-alunos lembram-se da sua figura paterna e de seu luminoso exemplo de vida sacerdotal.

Pe. Angelo Graziani

* Gioia de' Marsi (Itália) 14.6.1921, † Roma 28.10.1966, com 45 a., 27 de profissão, 18 de Sacerdócio.

Abraçou com entusiasmo a vida salesiana, viveu-a com simplicidade, laboriosidade e fiel observância, concluiu-a com serena e sacerdotal doação de si mesmo ao Senhor.

Pe. Elias Hopwell

* Shillong (Assão-Índia) 1.5.1919, † Shillong 28.10.1966 com 47 a., 34 de profissão, 25 de Sacerdócio.

Pertencia a uma importante família da tribo Khasi de Shillong. Entrou já adulto na Congregação, foi autor de testos escolares que as Autoridades aprovaram para todos os Cursos, até à Universidade. Traduziu o Novo Testamento, o Missal, o Ritual, vida de Santos, opúsculos apoloéticos, etc. Seu desaparecimento foi sentido por toda a cidade.

Pe. Zislau Kasprzaç

* Radizonkow (Wroclow-Polónia) 1.9.1900, † Zakopane (Polónia) 15.8.1966, com 65 a., 46 de profissão, 37 de Sacerdócio.

Morreu trágicamente, na montanha. Teve uma sensível propensão para o canto e a música, e pode exercer assim um grande apostolado litúrgico com execuções e apreciadas composições musicais. Glorificou com composições populares Nossa Senhora de quem era devotíssimo.

Pe. Pedro Krywdzinsçi

* Lakosz (Polónia) 20.10.1893, † Jaciazek (Polónia) 27.7.1966, com 72 a., 45 de profissão, 37 de Sacerdócio.

Actuou seu fecundo apostolado, antes, na escola e depois nas Paróquias e na aula de Religião. Falava correctamente, além do polonês, 6 línguas modernas (italiano, francês, espanhol, inglês, russo) e as 2 línguas clássicas, latim e grego.

Pe. Temo Ricardo Leiva

* Corrientes (Argentina) 3.4.1933, † Curuzú Cuatiá (Argentina) 30.9.1966, com 33 a., 12 de profissão, 2 de Sacerdócio.

Vocação adulta do Oratório, foi bom, zeloso, pio. Esperava-se ainda muito dele. « Fiat voluntas Dei ».

Pe. António Marcigaglia

* S. Giovanni Ilarione (Vicenza Itália) 18.8.1881, † Araxá (Brasil) 4.6.1966, com 84 a., 65 de profissão, 57 de Sacerdócio. Foi Director por 12 anos.

Dedicou toda a sua vida à educação da juventude brasileira e à procura de vocações. Erigiu muitos colégios com escolas primárias e secundárias. Foi grande professor e Director. A sua actividade missionária foi variadíssima e de grandiosas realizações religiosas.

Pe. José Miguel Martin

* Timate (Buenos Aires - Argentina) 10.3.1915, † Cádiz (Espanha) 31.10.1966, com 51 a., 32 de profissão, 23 de Sacerdócio.

Dedicou toda a sua vida ao ensino e ao trabalho paroquial. Morreu após um difícil acto operatório com uma paz e serenidade invejáveis. Distinguiu-se por uma vida simples e humilde.

Pe. Roberto Marz

* King Williauwstown (Africa do Sul) 26.5.1908, † Cape Town (Africa do Sul) 4.11.1966, com 58 a., 17 de profissão, 21 de Sacerdócio.

Foi Perfeito em Cape Town (Africa do Sul) por vários anos, não obstante a saúde delicada. Conciliou a estima de todos com a sua profunda piedade. Foi religioso observantíssimo. O próprio Cardeal de Cape Town, Cardeal Mac Cann, quis pontificar nos funerais deste bom e humilde salesiano.

Sr. Cornélio Roggero

* Lavriano (Turim-Itália) 16.7.1895, † S. Benigno Canavese (Turim-Itália) 12.11.1966, com 70 a., 36 de profissão.

Silencioso, humilde, serviçal, tornou-se útil nos vários officios que são indispensáveis para o bom andamento material de uma Casa. Suportou com espírito de fé e de resignação os duros sofrimentos dos últimos anos.

Pe. Elias Tomé

* Casarza della Delizia (Udine-Itália) 19.11.1898, † Vercelli (Itália) 11.9.1966, com 67 a., 45 de profissão, 41 de Sacerdócio. Foi Director por 15 anos.

Foi como missionário na India, em 1925. Empregou quase 40 anos trabalhando com zelo e com sucesso, viajando continuamente

de aldeia em aldeia, em meio de gente paupérrima e numa duríssima missão entre os Khasi. Permaneceu sempre humilde, sem pretensões e sem perturbar ninguém. A sua caridade e bondade serão lembradas por muito tempo.

Pe. Emilio Tront

* Kybnik (Breslau-Alemanha) 2.8.1899, † Koeln (Alemanha) 28.9.1966, com 67 a., 43 de profissão, 35 de Sacerdócio. Foi Director por 8 anos.

Professor de Direito e Liturgia em Benediktbeuern, professor em Marienhausen, Director em Berlim, Secretário Inspectorial. Observante e sacrificado no seu trabalho para o bem dos jovens.

de. Ruffillo Uguccioni

* Montese (Módena-Itália) 22.5.1891, † Turim (Itália) 30.10.1966, com 75 a., 59 de profissão, 50 de Sacerdócio. Foi Director por 8 anos.

« Suas inumeráveis e variadíssimas publicações, espalhadas não só pela Itália, mas um pouco por todo o mundo, enquanto falam de sua fecunda inteligência, ao mesmo tempo demonstram o seu constante anseio de fazer da pena, um instrumento de elevação, de serenidade, numa palavra, de autêntico e eficaz apostolado em favor sobretudo daquela juventude que é a porção reservada pela Providência aos filhos de D. Bosco » (D. Ricceri).

Pe. Luís Vaula

* Turim (Itália) 24.7.1878, † Mendoza (Argentina) 31.8.1966, com 88 a., 69 de profissão, 64 de Sacerdócio. Foi Director por 16 a. e Inspector por 21.

Tendo ido missionário após o Noviciado, foi inicialmente o apóstolo dos emigrantes italianos em Vignaud; depois inimitável forjador de Salesianos como Mestre dos Noviços e Director do Estudantado Teológico, e enfim validíssimo organizador da obra salesiana no Uruguary e na Argentina como Inspector. Vocações e instrução religiosa ocuparam o vértice de seu variadíssimo apostolado, enquanto que alegria, optimismo e luminosa espiritualidade salesiana foram o irradiar-se de uma longa e santa existência toda de Deus e da Congregação.

Sr. João Piras

* La Maddalena (Sássari-Itália) 28.7.1885, † Santiago do Chile 30.8.1966, com 81 a., 19 de profissão.

Entrou na Congregação já em idade avançada. Foi sempre de exemplo a todos pela observância religiosa e no apego fiel a D. Bosco e à Congregação.

Pe. José Aldana

* Innquilas (Talca-Chile) 23.9.1880, † Talca (Chile) 6.9.1966, com 85 a., 64 de profissão, 57 de Sacerdócio.

Com Pe. Aldana desaparece um dos mais venerandos sacerdotes da Inspectoria Chilena, entre os primeiros jovens chilenos que abraçaram o ideal salesiano. Director a La Serena e a Iquique, transcorreu os últimos anos em Talca, no recolhimento e na oração, suportando serenamente os achaques da idade e prodigalizando-se, enquanto lhe foi possível, no ministério das confissões.

Pe. Emilio Miotti

* Scandolera (Treviso-Itália) 5.8.1892, † Campinas (Brasil) 2.1.1967, com 74 a., 54 de profissão, 44 de Sacerdócio. Foi Director por 21 anos.

Como sacerdote e como salesiano foi uma figura de primera grandeza. Inflamado de zelo pelas almas, não se poupou no trabalho. Carácter expansivo, atraía todos com sua alegria e bondade. De grande dinamismo, deixou muitas realizações marcadas pelo seu optimismo, alegria, bondade, humildade e zelo.

Pe. José Cucchiara

* Girgenti (Itália) 19.12.1889, † Hong-Kong 18.12.1966 com 77 a., 59 de profissão, 51 de Sacerdócio. Foi Director por 25 anos.

Teve um variado e intenso curriculum apostólico como Capelão Militar, missionário, Vigário forâneo, Director, Vigário Geral e Capelão das Irmãs. Dolorosas doenças durante toda a sua vida e os grande sofrimentos dos últimos tempos foram sempre suportados com edificante coragem cristã.

Sr. Remigio Frattini

* Movazzone (Milão-Itália) 26.9.1888, † Ponte Nova (Brasil) 20.11.1966, com 78 a., 55 de profissão.

Salesiano fidelíssimo à Regra e a D. Bosco, distinguiu-se pela prática rigorosa da pobreza e pelo cioso cuidado das coisas da Igreja durante os longos anos em que foi sacristão.

Pe. José Ciolfi

* Limosano (Campobasso-Itália) 29.6.1879, † Alta Gracia (Argentina) 17.12.1966, com 87 a., 69 de profissão, 63 de Sacerdócio.

Foi um dos primeiros frutos do apostolado salesiano na Patagónia. Resplandeceu nele, em modo especial, o amor ao trabalho como Conselheiro escolar.

Sr. André Garcia

* Pereda (Oviedo-Espanha) 19.9.1885, † Mohernando (Espanha) 1.1.1967, com 81 a., 53 de profissão.

Impossibilitado desde 1938, de usar as pernas e ainda que não pudesse fazer nada sózinho, nunca perdeu o bom humor. Esta foi a sua característica, assim como um grande optimismo e um profundo amor pela Congregação.

Sr. José Caicedo

* Arbelaz (Bogotá-Colombia) 20.8.1882, † Cali (Colombia) 24.12.1966, com 84 a., 60 de profissão.

Morreu de morte imprevista, mas certamente estava preparado para o grande passo. Forte e piedoso, desinteressado e pontual. Era muito devoto do Sagrado Coração de Jesus e contava comovido as graças recebidas.

Pe. Bronislau Paukstys

* Jankai (S kiai-Lituania) 15.2.1897, † Kaunas (Lituania) 17.12.1966, com 69 a., 36 de profissão, 31 de Sacerdócio. Foi Director por 3 anos.

Entrou para a Congregação já professor primário. Na Lituânia foi pároco de Saldutiskis e da principal paróquia de Kaunas. Com a invasão bolchevista foi deportado por 10 anos na Sibéria. Voltando, teve que viver escondido, porque novamente procurado. No fim, já doente, pode viver como « padre pensionado » numa paróquia do campo. Foi um Irmão fidelíssimo aos seus ideais e sempre apegado à Congregação.

Sr. João Scagliotti

* Costanzana (Vercelli-Itália) 25.4.1890, † Turim (Itália) 13.1.1967, com 76 a., 57 de profissão.

Em 55 anos de vida salesiana deu luminoso exemplo de serena e operosa bondade. O ensino da escultura em madeira e do desenho técnico foi a ocupação de sua vida salesiana, vivida com empenho generoso e competência até os últimos meses. A sua vida foi coroada pelo sofrimento aceito com serenidade cristã.

Pe. Antônio Prihoda

* Krieglach (Seckau-Austria) 1.8.1904, † Innsbruck (Austria) 9.1.1967, com 62 a., 46 de profissão, 34 de Sacerdócio.

Vocação adulta que se dedicou toda ao serviço de Deus pelo bem da juventude e das almas. Foi bom professor, escritor e pregador durante os seus 35 anos de sacerdócio.

Pe. Paulo Psenda

* Foglizzo Canavese (Turim-Itália) 20.12.1910, † Turim (Itália) 30.12.1966, com 56 a., 39 de profissão, 29 de Sacerdócio.

Sacerdote de coração simples e bom, serviu a Igreja em missão em Belém e Beitgemal. Voltando à pátria, não obstante a precária saúde, continuou a exercer um apostolado precioso e por todos admirado, na paróquia e entre os operários. Expirou oferecendo-se em generoso holocausto pela Igreja e pela Congregação.

Pe. Guilherme Pennacchioli

* Gualdo Tadino (Perúgia-Itália) 13.3.1913, † Recanati (Itália) 20.12.1966, com 53 a., 32 de profissão, 23 de Sacerdócio.

Atingido de um repentino e grave mal enquanto confessava, morreu poucos dias depois. A rápida e dolorosa doença revelou a verdadeira grandeza deste digno filho de D. Bosco, esquivo, quase tímido, mas que perante a morte demonstrou uma fortaleza admirável, que a todos impressionou profundamente. A sua vida transcorre num ordenado e silencioso trabalho, especialmente no confessional e na assistência aos doentes e moribundos.

3° Elenco 1966

N.	COGNOME E NOME	DATA DI NASCITA	ISPETTORIA	LOCALITÀ E DATA DI MORTE	ETÀ	
116	Sac. ACHERMANN Giuseppe	16-3-1876	Subalpina	S. Benigno C.	18-11-66	90
117	Sac. ALDANA Giuseppe	23-9-1880	Cilena	Talca (Cile)	6-9-66	85
118	Sac. ALESSANDRA Oreto	21-3-1887	Ligure	Pietrasanta	22-12-66	79
119	Sac. ALVES Giuseppe	5-4-1903	Portoghese	Estoril (Portog.)	12-9-66	63
120	Coad. AMMANN Raffaele	17-5-1898	Muenchen	Buxheim (Sgern.)	11-9-66	68
121	Coad. BADOSA Giuseppe	6-3-1880	Barcelona	Mataró (Spagna)	7-12-66	86
122	Sac. BERGONZI Antonio	1-2-1907	Lombarda	Treviglio (Italia)	28-8-66	59
123	Sac. BERTOLA Felice	26-7-1922	Adriatica	Ancona (Italia)	20-10-66	44
124	Sac. BERTOLDI Giov. Batt.	13-12-1904	Novarese	Novara	13-12-66	62
125	Sac. BIALEK Giuseppe	13-2-1921	Boema	Vratimov (Cec.)	17-4-65	44
126	Sac. BIES Giuseppe	30-6-1888	Koeln	Essen (Germania)	12-10-66	78
127	Coad. BRASSIL Patrizio	12-1-1875	Inglese	Londra	8-11-66	91
128	Coad. CAICEDO Giuseppe	20-8-1882	Col. Medellin	Cali (Colombia)	24-12-66	84
129	Sac. CALPINI Giulio	30-8-1885	Romana	Roma	12-9-66	81
130	Coad. CASTRO Pietro	27-4-1877	Venezuelana	Valera (Venez.)	18-8-66	89
131	Sac. CAVASIN Antonio	1-11-1871	Lombarda	Nave (Italia)	29-9-66	94
132	Sac. CIOLFI Giuseppe	29-6-1879	Arg. - Córdoba	Alta Gracia (Arg.)	17-12-66	87
133	Sac. COCCHI Amedeo	25-5-1879	Venezuelana	Naguanag. (Ven.)	4-2-66	86
134	Coad. COLO Stefano	25-4-1882	Veronese	Rovereto (Italia)	12-10-66	84
135	Sac. CREMASCHI Carlo Mario	27-8-1897	Buenos Aires	Buenos Aires	25-10-66	69
136	Sac. CUCCHIARA Giuseppe	19-12-1889	Cinese	Hong Kong	18-12-66	77
137	Sac. DE DECKER Francesco	15-7-1915	Belgio Nord	Brussel (Belgio)	14-8-66	51
138	Coad. DEL BELLO Antonio	2-7-1895	Romana	Roma	28-10-66	71
139	Coad. DRESEL Erardo	13-4-1907	Muenchen	Muenchen (Ger.)	6-12-66	59
140	Coad. FERREIRA Antonino	30-6-1886	Portoghese	Lisbona (Port.)	14-11-66	80
141	Sac. FORGAC Giuseppe	19-2-1904	Bs. Aires	Buenos Aires	14-9-66	62
142	Sac. FRANCO Angelo	12-12-1885	Centrale	Piossasco	6-12-66	81
143	Coad. FRATTINI Remigio	26-9-1888	Br. Belo Horiz.	Ponte N. (Bras.)	20-12-66	78
144	Sac. GAFFURINI Antonio	24-5-1916	Ligure	Brescia	8-7-66	50
145	Sac. GALEN Francesco van	28-3-1913	Col. - Bogotá	Bogotá (Col.)	20-12-66	53
146	Sac. GALLI Luigi	27-8-1879	Arf. - B. Blanca	Bahía Bl. (Arg.)	16-12-66	87
147	Coad. GARCIA Andrea	19-9-1885	Sp. - Madrid	Moherando (Sp.)	1-167	81
148	Sac. GIORGI Stefano	17-4-1872	Refice	Refice (Brsile)	23-11-66	94
149	Sac. GRAZIANI Angelo	14-6-1921	Romana	Roma	28-10-66	45
150	Sac. GUADAGNINI Aurelio	26-11-1874	Centrale	Torino	4-12-66	92
151	Sac. HOPPE Giuliano	28-12-1907	Kraków	Kraków (Pol.)	15-9-66	58
152	Sac. HOPWELL Elia	1-5-1919	Gauhati	Shillong (India)	28-10-66	47
153	Coad. IVONE Giuseppe	15-1-1882	Napoletana	Napoli	11-12-66	84
154	Sac. KASIK Giuseppe	21-4-1917	Boema	Chom. (Boem.)	12-12-57	40
155	Sac. KASPRZAK Zislaò	1-9-1900	Lodz	Zakop. (Ool.)	15-8-66	65
156	Sac. KRZYWDZINSKI Pietro	20-10-1893	Lodz	Jaciazek (Pol.)	22-7-66	72
157	Sac. LEIVA Telmo Riccardo	3-4-1933	Rosario	Curuzú C. (Arg.)	30-9-66	33
158	Sac. MARCIGAGLIA Antonio	18-8-1881	Belo Horizonte	Araxá (Brsile)	4-6-66	84
159	Sac. MARTIN Giuseppe Mich.	10-3-1915	Sevilla	Cádiz (Spagna)	31-10-66	51
160	Sac. MARZ Roberto	26-5-1908	Inglese	Cape Town (S.A.)	4-11-66	58
161	Sac. MATEOS Angelo	12-10-1916	Sp. - Córdoba	Córdoba (Spagna)	11-12-66	50
162	Sac. MIOTTI Emilio	5-8-1892	Bras. - S. Paulo	Campinas (Bras.)	2-1-67	74
163	Coad. OLIVIERI Enrico	20-3-1903	Adriatica	Faenza	8-1-67	63
164	Coad. OTTONELLO Pietro	29-7-1899	Ligure	Genova Samp.	23-9-66	67
165	Sac. PAUKSTYS Bronislaò	15-2-1897	Centrale	Kaunas (Lituania)	17-12-66	69
166	Sac. PENNACCHIOLI Gugl.	13-3-1913	Adriatica	Recanati	20-12-66	53
167	Coad. PIRAS Giovanni Battista	28-7-1885	Cilena	Santiago (Cile)	30-8-66	81
168	Sac. PRIHODA Antonio	1-8-1904	Austriaca	Innsbruck (Austr.)	9-1-67	62
169	Sac. PSENDÀ Paolo	11-6-1910	Subalpina	Torino	30-12-66	56
170	Coad. PUIG Giuseppe	29-7-1886	Arg. - B. Blanca	Fortín M. (Arg.)	8-11-66	80
171	Sac. RIBALDONE Pierluigi	25-6-1902	Subalpina	Lu Monferrato	28-9-66	64
172	Coad. ROGGERO Cornelio	16-7-1896	Subalpina	S. Benigno C.	12-11-66	70
173	Coad. SCAGLIOTTI Giovanni	25-4-1890	Subalpina	Torino	13-1-67	71
174	Sac. TEBBEN Alfredo	8-4-1885	Koeln	Bendorf (Germ.)	11-11-66	82
175	Sac. TOMÈ Elia	19-11-1898	Gauhati	Vercelli	11-9-66	67
176	Sac. TORRENTS Giuseppe	25-11-1884	Centro America	Granada (Nicar.)	14-11-66	85
177	Sac. TRONT Emilio	2-8-1899	Koeln	Koeln (Germania)	28-9-66	65
178	Sac. UGUCCIONI Ruffilo	22-5-1891	Centrale	Torino	30-10-66	78
179	Sac. VANDENDRIESSCHE Ild.	23-1-1911	Belgio Nord	Helchteren (Belg.)	2-1-67	56
180	Sac. VAULA Luigi	24-7-1878	Arg. - Córdoba	Mendoza (Arg.)	31-8-66	87
181	Sac. ZAWADA Bernardo	20-8-1912	Lodz	Poznan (Polonia)	16-4-66	53

